

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 2021



Estação de Tratamento de Esgotos de Concórdia.
| ACERVO CASAN.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, ano de seu Cinquentenário, a CASAN deixou para Santa Catarina a marca do Planejamento Hídrico e da expansão do esgotamento sanitário. Com suporte financeiro de R\$ 1,7 bilhão do Governo do Estado, que estabeleceu a segurança hídrica como uma de suas prioridades, a Companhia deu início ao maior aporte de recursos de sua história em infraestrutura de abastecimento. São obras iniciadas em 2021 e que prosseguirão para ampliação da capacidade de produção de água, com 50 projetos para implantação ou modernização de Estações de Tratamento de Água. Esse investimento permitirá que no Sistema CASAN, atualmente integrado por 194 municípios, a capacidade de produção de água seja mais do que duplicada.

Os recursos estão também sendo aplicados em mais de 180 obras para implantação de novos reservatórios, 30 para ampliação de redes de adução e distribuição de água e mais de 50 perfurações de novos poços em todo o Estado. Uma das principais frentes de trabalho é o Projeto Chapecozinho, maior obra de Sistema de Abastecimento de Água em execução em Santa Catarina, iniciada em 2021 com financiamento do Governo do Estado. No campo do esgotamento sanitário, 9 obras foram finalizadas em 2021, beneficiando as cidades de Araquari (Bairro Itinga), Chapecó (Bairro Efapi), Concórdia, Criciúma, Curitibaanos, Florianópolis (Monte Cristo), Ibirama, Indaial (Bairro Tapajós) e São José (Ponta de Baixo e Centro Histórico).

Neste ano de aniversário de cinco décadas, tampões de esgoto personalizados, com a marca do Cinquentenário, e símbolos das cidades, foram desenhados e entregues ao poder público municipal, simbolizando um presente da Companhia para a população que recebe uma infraestrutura fundamental para sua saúde e qualidade de vida. Outros importantes investimentos em

esgotamento sanitário prosseguem, para elevar a cobertura de coleta e tratamento nas cidades catarinenses. Na Capital, a Companhia possui em andamento a ampliação do Sistema de Esgoto Insular e do Sistema Ingleses/Santinho, além da implantação do Sistema Saco-Grande/Monte Verde – projetos que em conjunto somam investimentos de mais de R\$ 340 milhões.

A CASAN também encaminhou aquela que será a maior obra de esgotamento sanitário de Santa Catarina: a desativação das lagoas de estabilização de Potecas, em São José, e a construção de uma nova e moderna Estação de Tratamento. E estão em andamento projetos de implantação da infraestrutura de esgoto em Barra do Sul, Ipira-Piratuba, Itá, Rio do Sul e Santo Amaro. A Companhia ainda deixa sua marca nos Tratos pelo Saneamento. Os projetos são desenvolvidos em Florianópolis (Trato pela Lagoa e Trato pelo Capivari) e no Sul do Estado, com o Trato por Laguna. Outros dois programas – o Trato pelo Lajeado São José, em Chapecó, e o Trato pelo Rio Araújo, no município de São José – estão sendo iniciados para fiscalização, orientações e diálogo com as comunidades para melhoria do uso da infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos.

Neste ano a Companhia prosseguiu seu trabalho para ingressar na fase regida pelo novo Marco do Saneamento. Um dos fatos relevantes nesta caminhada foi o retorno positivo obtido junto ao mercado de capitais para obtenção dos recursos necessários à expansão dos serviços de abastecimento, de coleta e de tratamento de esgotos, como exige a nova legislação. Prospecção indicativa realizada pela CASAN para captação de R\$ 2,4 bilhões, valor avaliado como necessário para a primeira etapa de cumprimento das exigências do Novo Marco do Saneamento, até 2026, trouxe a possi-

bilidade de obtenção de até R\$ 13 bilhões – quase seis vezes mais em relação ao que estava sendo buscado.

Outro reconhecimento do mercado veio com o Troféu do Selo WOB – *Women on Board*, premiação que reconhece e divulga as organizações com pelo menos duas mulheres nos conselhos de administração ou consultivos. Atualmente, entre nove membros do Conselho Consultivo da CASAN, quatro são mulheres, representatividade de 44% no órgão colegiado responsável pela orientação dos negócios da Companhia. Esse índice coloca a CASAN como uma das empresas brasileiras de saneamento com a maior representação feminina em seu Conselho de Administração. A atenção à questão da diversidade é crescente, pois esse é um dos pilares da boa governança, uma meta também priorizada pela CASAN.

Mais um marco no ano de cinquentenário foi a realização do 10º Encontro Técnico, com o tema "Inovando para o Futuro". Com programações abertas ao público, o evento contou com apresentações de trabalhos de profissionais da própria Companhia e também palestrantes de renome, como o ecoteólogo Leonardo Boff, o coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estações Sustentáveis de Tratamento de Esgoto, Carlos Augusto de Lemos Chemicharo, e o pesquisador da Fiocruz, Léo Heller, que abordou o "Saneamento Básico como direito fundamental". No ano em que completou cinco décadas, a CASAN também fortaleceu suas ações de responsabilidade ambiental. Tornou-se signatária do Movimento ODS Santa Catarina e renovou a parceria com o Consórcio Iberê para continuidade da proteção da Mata Ciliar na Região Oeste. Além disso, como mais um marco em seu Cinquentenário, a CASAN consolidou sua integração ao Programa Governo Sem Papel, que demonstra os

ganhos com o Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos/SGP-e. No fechamento de 2021, a empresa contabilizou uma economia de 6 milhões de quilos de papel e uma poupança de 13 milhões de litros de água, que deixaram de ser usados para produzir todo o material economizado em 84 milhões de processos. É mais uma conquista que nos faz fechar com otimismo o ano, pois a digitalização dá mais transparência e celeridade à CASAN, qualificando os serviços, trazendo economia e sustentabilidade aos processos.

Por fim, é importante também destacar o empenho da Companhia na preparação para a temporada 2021/2022. Integrada à Operação Verão Mais Seguro, do Governo de Santa Catarina, a CASAN investiu quase R\$ 45 milhões em infraestrutura de água e esgoto para receber turistas e manter seus serviços para os catarinenses – e obteve um dos finais de ano mais tranquilos dos últimos anos em termos de abastecimento.

Foi também com essa garra e determinação que enfrentamos o acidente da Lagoa de Evapoinfiltração, e fechamos 2021 com praticamente todos os casos de ressarcimento de danos materiais pagos aos moradores. O Plano de Recuperação Ambiental da Região permitiu a limpeza da Lagoa de Evapoinfiltração e a construção do Muro Verde de contenção, para maior segurança às famílias que moram na região.

Foi um dos momentos mais difíceis já enfrentados pela Companhia, mas com apoio de todo quadro funcional, ações emergenciais, planejamento e muita dedicação atendemos aos moradores, executamos melhorias e mantivemos em funcionamento o Sistema de Esgotamento Sanitário da Lagoa da Conceição, uma infraestrutura fundamental para a cidade e a qualidade ambiental de Florianópolis.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

A CASAN

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, uma empresa pública de economia mista, de capital aberto e regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas, ao longo dos seus 50 anos, tem como objetivo principal coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina, a CASAN constituiu-se como instrumento empresarial do Estado de Santa Catarina para concretização das políticas públicas e de objetivos nacionais

no setor, operando com intento de cumprir o principal objetivo social, que é a prestação de serviços de saneamento básico.

A prioridade é desenvolver seu negócio com eficácia traduzidos em sua missão: "Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável", em todos municípios onde opera.

O quantitativo da força do trabalho apresentou ligeiro aumento ao longo do ano, contando com mais de 2,5 mil empregados atuando nas mais diversas funções para gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário.

A CASAN, encerrou o ano de 2021, prestando os seus serviços diretamente a uma população residente de mais de 2,9 milhões de pessoas, distribuídos nos 194 (cento e nove e quatro) municípios (66% dos municípios do Estado), beneficiando o equivalente a 40% da população de Santa Catarina, conforme demonstrado na Figura 2 – Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina, além de fornecer água no atacado para outros 4 municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos tem uma população superior a 200 mil pessoas.

Em 2021, a CASAN obteve novamente recorde de receita operacional que superou o montante de R\$1,3 bilhão, resultado devido principalmente a política co-

mercial, investimentos na ampliação da cobertura dos seus serviços e aplicação do reajuste tarifário linear, aplicado em julho de 2021, no percentual de 2,55%, concedido e aprovado pelas 4 (quatro) Agências Reguladoras de Saneamento que atuam em SC nos municípios operados.

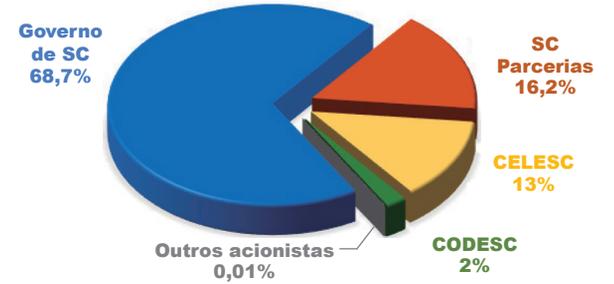
A CASAN atua nos municípios por meio de Contratos de Programa, Contrato de Concessão e Convênios de Cooperação para Gestão Associada, que são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais que concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Quadro 1 – Divisão da Estrutura Acionária CASAN em 31/12/2021

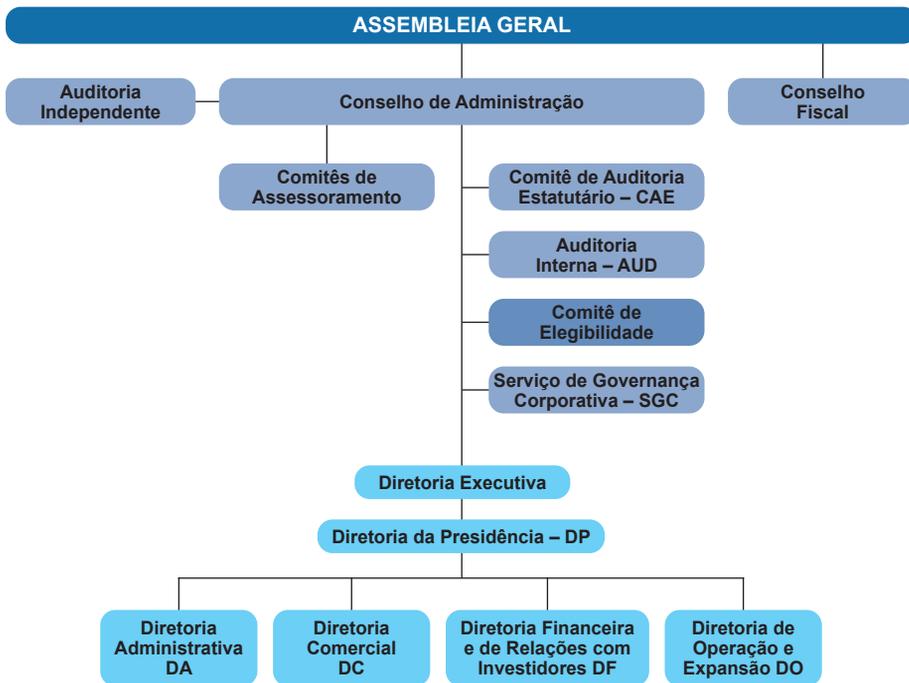
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Governo de SC	291.268.851	66,7	310.021.674	70,8	601.290.525	68,7
SC Parcerias	70.941.406	16,2	71.229.802	16,3	142.171.208	16,2
CELESC	56.713.251	13,0	56.778.178	13,0	113.491.429	13,0
CODESC	17.914.497	4,1	-	0,00	17.914.497	2,0
Outros Acionistas	49.775	0,01	42.977	0,01	92.752	0,01
Total de Ações	436.887.780	100,0	438.072.631	100,0	874.960.411	100,0

Figura 1 – Estrutura Acionária CASAN – 31/12/2021



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Quadro 2 – Estrutura de Governança da CASAN

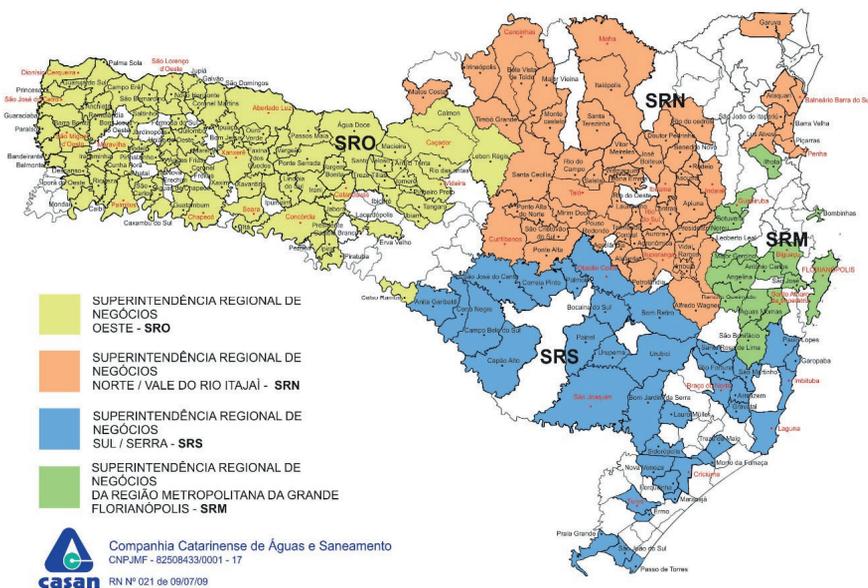


A Companhia é conduzida por uma diretoria colegiada subordinada a estrutura de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Assembleia de Acionistas) conforme demonstrado no organograma representativo da administração superior da organização, Quadro 2 – Estrutura de Governança da CASAN.

Em 2020, foi implementada uma nova reestruturação com o objetivo de reorganizar os portes das Agências, bem como seus respectivos setores operacionais através de critérios objetivos, ajustes em algumas áreas da empresa que ficaram prejudicadas com a reestruturação realizada em fevereiro/2019 e revisão do valor das Funções Gratificadas (FGs) para as Gerências, agências de grande porte, das gerências operacionais e respectivos setores das superintendências, bem como de todos os setores operacionais das agências. Em 2021, a Diretoria Comercial retornou ao quadro estrutural da Companhia.

A Companhia na área de sua atuação, segue dividida em 4 (quatro) Superintendências Regionais de Negócios, com a finalidade de conceder suporte às operações, visando uma maior agilidade e integração de suas ações com seus municípios atendidos, conforme a Figura 2:

Figura 2 – Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina



Quadro 3 - Abrangência dos Serviços das Superintendências Regionais – 31/12/2021

Superintendência	Municípios	Água *2		Esgoto *2	
		Ligações	Economias	Ligações	Economias
Metropolitana - SRM	12	197.315	412.263	62.61	197.576
Oeste - SRO	90	218.836	293.105	26.160	51.618
Sul/Serra - SRS	37	170.134	228.697	18.567	46.759
Norte/Vale - SRN	55	221.825	264.957	12.181	17.803
Total CASAN*1	194	808.110	1.199.022	119.269	313.756

*1 Resultados considerando município de Barracão no Paraná/PR

*2 Base de faturamento

Em relação à alteração dos municípios atendidos, deixou de ser operado, em agosto de 2021, o município de Porto Belo, em virtude do fim do prazo do contrato vigente.

Quadro 4 - Participação nos Municípios Atendidos em Santa Catarina 2016-2021

Instituição	2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Total	%										
Estado SC	295	100	295	100	295	100	295	100	295	100	295	100
CASAN	195	66	195	66	196	66	195	66	195	66	194	66

O total de municípios atendidos pela CASAN é 194 (cento e noventa e quatro) destes 193 (cento e noventa e três) são catarinenses, e 1 (um) pertence ao Estado do Paraná, conforme apresentado no Quadro 4.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Todas as organizações enfrentam incertezas que representam riscos e oportunidades, com potencial para destruir ou agregar valor às partes interessadas. A gestão dessas incertezas possibilita tratá-las de forma sistemática, reagindo a mudanças de forma dinâmica e interativa, em consonância aos seus ambientes interno e externo. A CASAN tem destinado esforços para aumentar sua maturidade a risco, compreender em detalhes os riscos mais relevantes e tratá-los de acordo com seu apetite, combinando a expertise dos gestores com os sistemas e técnicas de gerenciamento de riscos. Nesse cenário, são propostos planos de ação em resposta aos fatores de risco com elevado grau de exposição, para atenuar a probabilidade de ocorrência e os impactos, caso estes venham a ocorrer em algum momento.

Na CASAN, o gerenciamento de riscos é realizado no nível corporativo e em nível de processo. O primeiro, voltado ao atingimento dos objetivos estratégicos em sentido amplo, é regido pela Política de Gestão de Riscos, que institui diretrizes e competências para o gerenciamento dos riscos corporativos, com a finalidade de assegurar a consecução dos objetivos estratégicos, incorporar o contexto de riscos às tomadas de decisões, estimular boas práticas de governança corporativa e aprimorar o desempenho organizacional e o ambiente de controle. O segundo, voltado ao atingimento de objetivos em nível de processo, é regido pela Política de Controles Internos e Conformidade, que institui diretrizes e competências para a estruturação do Sistema de Controles Internos nos processos organizacionais, buscando manter em níveis aceitáveis os riscos de categoria operacional, divulgação e conformidade.

A CASAN possui também um Programa de Integridade, que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade e demais documentos normativos com a finalidade de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Companhia e a administração pública. Estão sujeitos ao Código de Conduta e Integridade todos os empregados da CASAN, comissionados, servidores públicos à disposição, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e aqueles que exercem mandato, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo.

Além da responsabilidade individual de cada agente público em agir de acordo com os padrões legais e normativos, sob supervisão e orientação de seus superiores hierárquicos, o Programa de Integridade conta com unidades organizacionais que integram uma camada de defesa contra a ocorrência de fraudes e atos de corrupção, atuando no monitoramento contínuo do programa, na manutenção, divulgação e treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade, na ampla divulgação do canal de denúncias, no recebimento e tratamento de denúncias, na investigação de casos concretos de integridade, na aplicação de sanções disciplinares, nas diligências relacionadas a terceiros, na identificação, avaliação e tratamento dos riscos de integridade, nos trabalhos de auditoria interna, entre outros.

OUIDORIA

Com atuação desde 2008, é um canal eficaz para estimular a transparência e a eficiência na prestação dos serviços, com o objetivo garantir o direito de todo cidadão a manifestação de ocorrências e respostas.

Operacionalizada através da plataforma Fala.BR (<https://www.CASAN.com.br/menu-conteudo/index/uri/fale-com-a-ouvidoria#0>), e também atendendo a plataforma da Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina; interage também com todas as ouvidorias das Agências Reguladoras de Santa Catarina.

A Ouvidoria Geral da CASAN é um espaço de participação e controle social, aberto para a sociedade. Através de canais de atendimento presenciais e eletrônicos, recebe e responde manifestações como sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias sobre políticas e serviços públicos.

A Lei n. 13.460/2017 estabelece que o prazo de resposta a essas manifestações do cidadão é de até 30 dias, prorrogáveis por mais 30, somente se houver justificativa expressa. Já os Pedidos de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) têm prazo de resposta de 20 dias, prorrogáveis por mais 20, também sob justificativa.

A partir das informações trazidas pelos cidadãos, a Ouvidoria pode identificar melhorias, propor mudanças, assim como apontar situações irregulares. Por exemplo, ao receber uma sugestão, a ouvidoria deve dar uma resposta, dizendo se a ideia será implantada. Para isso, faz uma análise inicial, entra em contato com a área responsável e responde, explicando o que será feito, ou justificando porque a sugestão não poderá ser aproveitada.

No tocante as demandas tipo “denúncia”, relacionadas à integridade, após analisados os elementos mínimos de autoria e materialidade, a ouvidoria encaminha para as áreas competentes para instrução processual e, conforme o caso concreto, encaminhado à Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias para investigação e procedimentos.

A Ouvidoria Geral da CASAN proporciona ao cidadão o direito a exercer cidadania na expectativa de atendimento respeitoso, técnico, ágil e eficiente, e está se reestruturando para atender as adequações legais e estruturais para contribuir para a excelência na prestação dos serviços da Companhia.

Sua plataforma de atendimento encontra-se disponível no site da Companhia (<https://www.casan.com.br>) com horário de atendimento presencial das 08hs às 17hrs em dias úteis; Correspondência: Rua Emílio Blum, 83, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-010.

RELAÇÃO COM O PODER CONCEDENTE E CONTRATOS DE PROGRAMA

A nova legislação federal – Lei nº 14.026, em 15 de julho de 2020, trouxe um grande desafio para as empresas estaduais de saneamento, uma vez que veda a formalização de novos contratos de programa com os municípios sem licitação e exige que os contratos regulares em vigor sejam modificados até 31 de março de 2022 para inclusão das novas metas de universalização previstas no art. 11-B, § 1º, da Lei 11.445/2007 (na redação da Lei 14.026/2020), disciplinadas pela Norma de Referência nº 2, de 4 de novembro de 2021, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, bem como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhorias dos processos de tratamento, quando disciplinadas por Normas de Referências a serem editadas pela ANA, além da necessidade de comprovação, junto as Agências Reguladoras, da capacidade econômico-financeira, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços até 31 de dezembro de 2033, nos termos do § 2º do art. 11-B desta Lei.

A Companhia através da contratação de consultorias especializadas, elaborou os estudos e apresentou no prazo determinado pela legislação, os estudos para comprovação da sua capacidade econômico-financeira as Agências Reguladoras.

Ato contínuo, foram elaboradas as minutas dos termos aditivos (num total de 178), para apresentação aos municípios visando a assinaturas dos respectivos termos aditivos aos contratos de prestação de serviço em vigor até 31 de março de 2022 – Art. 11 B, § 1º. Em que pese os prazos definidos pela legislação serem um tanto curtos, em decorrência do atraso da publicação do Decreto

Federal nº 10.710/2021 e da Norma de Referência ANA nº 02/2021, a CASAN vem adotando as providências necessárias para o cumprimento dos novos requisitos legais, trabalhando de forma coordenada e comprometida, envidando esforços para o seu cumprimento.

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Alguns dos principais números que dão dimensão ao tamanho da Companhia são apresentados do Quadro 5 ao Quadro 8:

Quadro 5 - Evolução das Ligações e Economias de Água – 2016-2021

Especificação		2016	2017	2018	2019	2020	2021
RESIDENCIAL	ligações	716.777	727.777	718.663	714.726	737.773	746.013
	economias	990.564	1.015.852	1.011.656	1.015.959	1.054.249	1.072.512
COMERCIAL	ligações	40.772	41.883	41.394	41.177	42.785	43.701
	economias	95.381	96.759	94.270	92.596	103.084	104.443
INDUSTRIAL	ligações	5.186	5.280	5.153	5.143	5.595	5.792
	economias	6.178	6.271	6.109	6.085	6.679	6.828
PÚBLICA	ligações	12.595	12.724	12.456	12.319	12.563	12.604
	economias	15.264	15.383	15.008	14.836	15.185	15.239
TOTAL ÁGUA	ligações	775.330	787.664	777.666	773.366	798.716	808.110
	economias	1.107.387	1.134.265	1.127.043	1.129.476	1.179.197	1.199.022
Crescimento Anual - Ligações		1,25%	1,59%	-1,27%	-0,55%	3,28%	1,18%
Crescimento Anual - Economias		1,73%	2,43%	-0,64%	-0,22%	4,40%	1,68%
Índice de Hidrometração		99,57%	99,57%	99,56%	99,59%	99,59%	99,60%

Fonte: SCI

A evolução ao longo do tempo do número de ligações e economias de água, conforme demonstrado no Quadro 5, é decorrente do crescimento vegetativo da população de Santa Catarina bem como da ampliação do alcance dos sistemas de abastecimento de água e das entradas e saídas de municípios da base de clientes.

Quadro 6 - Evolução do Volume Faturado de Água – 2016-2021 (1.000m³)

Categoria	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Residencial	145.277	147.369	148.044	147.899	127.799	121.341	
Comercial	16.796	16.793	16.777	16.541	12.161	11.815	
Industrial	2.828	2.769	2.765	3.187	2.992	2.991	
Pública	23.836	26.233	26.581	24.322	22.256	24.488	
Total	188.736	193.164	194.167	191.948	165.208	160.634	
Variação Anual		3,03%	2,35%	0,52%	-1,14%	-13,93%	-2,77%

Fonte: SCI

Em 2021 percebe-se uma redução no percentual total de variação anual no volume faturado de água. Isso ocorreu em reflexo da mudança da estrutura tarifária ocorrida em março de 2020 e a eliminação do faturamento mínimo de 10m³, bem como da saída do município de Porto Belo ao longo de 2021.

Quadro 7 - Evolução das Ligações e Economias de Esgoto – 2016-2021

Especificação		2016	2017	2018	2019	2020	2021
RESIDENCIAL	ligações	70.400	78.024	82.327	87.094	89.295	102.976
	economias	193.970	211.439	220.696	231.326	239.373	264.401
COMERCIAL	ligações	9.730	10.453	11.064	11.455	11.877	13.259
	economias	32.322	33.716	33.777	33.583	41.612	45.075
INDUSTRIAL	ligações	711	749	744	744	777	890
	economias	905	943	947	956	1.123	1.246
PÚBLICA	ligações	1.507	1.623	1.772	1.854	1.930	2.144
	economias	2.149	2.344	2.495	2.584	2.767	3.034
TOTAL ESGOTO	ligações	82.348	90.849	95.907	101.147	103.879	119.269
	economias	229.346	248.442	257.915	268.449	284.875	313.756
Crescimento Anual - Ligações		9,16%	10,35%	5,57%	5,46%	2,70%	14,82%
Crescimento Anual – Economias		6,35%	8,33%	3,81%	4,08%	6,12%	10,14%

Fonte: SCI

A evolução das ligações e economias de esgoto é decorrente do crescimento vegetativo da população Catarinense, mas principalmente, devido a ampliação do alcance dos sistemas coleta de esgoto. Alguns sistemas novos, ampliações e regularizações que entraram em operação e faturamento em 2021, favoreceram o percentual de crescimento de economias, sendo os principais casos nos municípios de Concórdia, Chapecó, Curitiba, Balneário Piçarras, Santo Amaro da Imperatriz, Ibirama, São José, Canoinhas, São José e Florianópolis.

Quadro 8 - Evolução do Volume Faturado de Esgoto – 2016-2021 (1.000m³)

Categoria	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Residencial	27.146	29.544	31.044	32.428	28.263	27.695	
Comercial	5.749	5.964	6.127	6.270	4.377	4.395	
Industrial	300	323	342	636	291	323	
Pública	1.842	2.074	2.093	2.201	1.674	1.799	
Total	35.037	37.905	39.606	41.536	34.606	34.214	
Variação Anual		5,87%	8,19%	4,49%	4,87%	-16,68%	-1,13%

Fonte: SCI

Em 2021, assim como no faturamento de água, percebe-se uma redução no percentual total de variação anual no volume faturado de esgoto. Isso ocorreu em reflexo da mudança da estrutura tarifária ocorrida em março de 2020 e a eliminação do faturamento mínimo de 10m³.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

50 ANOS, PLANEJAMENTO HÍDRICO E EXPANSÃO DO SANEAMENTO

Em 2021, ano de seu Cinquentenário, enfrentando a crise sanitária imposta pela pandemia instalada pelo vírus COVID-19 – Coronavírus, e a crise hídrica instalada por questões adversas de clima, em especial na região Oeste do Estado, a CASAN atuou junto ao governo do Estado para minimizar os impactos trazidos por essas adversidades, e deixou para Santa Catarina, através de suas ações, a marca do Planejamento Hídrico e da expansão do esgotamento sanitário.

Com suporte financeiro planejado de R\$ 1,7 bilhão do Governo do Estado, que estabeleceu a segurança hídrica como uma de suas prioridades, a Companhia deu início ao maior aporte de recursos de sua história em infraestrutura de abastecimento de água.

São obras iniciadas em 2021 e que prosseguirão para ampliação da capacidade de produção de água, com 50 projetos para implantação ou modernização de Estações de Tratamento de Água. Esse investimento permitirá que no Sistema CASAN, atualmente integrado por 194 municípios, a capacidade de produção de água seja mais do que duplicada.

Os recursos estão também sendo aplicados em mais de 180 obras para implantação de novos reservatórios, 30 para ampliação de redes de adução e distribuição de água e mais de 50 perfurações de novos poços em todo o Estado.

Uma das principais frentes de trabalho é o Projeto Chapecozinho, maior obra de Sistema de Abastecimento de

Água em execução em Santa Catarina, cujo valor atualizado ultrapassa R\$290 milhões de reais, iniciada em 2021 com financiamento total do Governo do Estado.

NOVOS SISTEMAS DE ESGOTO

No campo do esgotamento sanitário, 9 obras foram finalizadas em 2021, beneficiando as cidades de Araquari (Bairro Itinga), Chapecó (Bairro Efépi), Concórdia, Criciúma, Curitiba, Florianópolis (Monte Cristo), Ibirama, Indaial (Bairro Tapajós) e São José (Ponta de Baixo e Centro Histórico), fazendo com que a cobertura de esgoto do Estado se elevasse em 16,3%, passando de 26,64% em 2020 para uma cobertura de 29,54% em 2021.

Neste ano de aniversário de cinco décadas, tampões de esgoto personalizados, com a marca do Cinquentenário, e símbolos das cidades, foram desenhados e entregues ao poder público municipal na inauguração dos sistemas, simbolizando um presente da Companhia para a população que recebe uma infraestrutura fundamental para sua saúde e qualidade de vida. Outros importantes investimentos em esgotamento sanitário prosseguem, para elevar a cobertura de coleta e tratamento nas cidades catarinenses. Na Capital, a Companhia possui em andamento a ampliação do Sistema de Esgoto Insular e do Sistema Ingleses/Santinho, além da implantação do Sistema Saco-Grande/Monte Verde – projetos que em conjunto somam investimentos de mais de R\$ 340 milhões.

A CASAN também encaminhou aquela que será a maior obra de esgotamento sanitário de Santa Catarina: a desativação das lagoas de estabilização de Potecas, em São José, e a construção de uma nova e moderna Estação de Tratamento. E estão em andamento projetos de implantação da infraestrutura de esgoto em Barra do Sul, Ipira-Piratuba, Itá, Rio do Sul e Santo Amaro. Juntas, as obras que já estão em execução/planejadas farão com que a CASAN alcance uma cobertura de aproximadamente 40% até 2025. Destaca-se, no entanto, que a previsão da cobertura de esgoto dos próximos anos pode ainda mais elevada, uma vez que a Companhia está realizando a comprovação, junto as Agências Reguladoras, da capacidade econômico-financeira, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços até 31 de dezembro de 2033, nos termos do § 2º do art. 11-B desta Lei, e que após a finalização desses estudos, novas obras podem ser programadas, a fim de que a Companhia alcance a cobertura de esgoto de 90% em 2033.

TRATOS PELO SANEAMENTO

A Companhia ainda deixou sua marca nos Tratos pelo Saneamento. Os projetos são desenvolvidos em Florianópolis (Trato pela Lagoa e Trato pelo Capivari) e no Sul do Estado, com o Trato por Laguna. Outros dois programas – o Trato pelo Lajeado São José, em Chapecó, e o Trato pelo Rio Araújo, no município de São José – foram estruturados em 2021 para fiscalização, orientações e diálogo com as comunidades para melhoria do uso da infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos.

MARCO DO SANEAMENTO

Neste ano a Companhia também prosseguiu seu trabalho para ingressar na fase regida pelo novo Marco do Saneamento. Um dos fatos relevantes nesta caminhada foi o retorno positivo obtido junto ao mercado de capitais para obtenção dos recursos necessários à expansão dos serviços de abastecimento, de coleta e de tratamento de esgotos, como exige a nova legislação.

Prospecção indicativa realizada pela CASAN para captação de R\$ 2,4 bilhões, valor avaliado como necessário para a primeira etapa de cumprimento das exigências do Novo Marco do Saneamento, até 2026, trouxe a possibilidade de obtenção de até R\$ 13 bilhões – quase seis vezes mais em relação ao que estava sendo buscado.

Outro reconhecimento do mercado veio com o Troféu do Selo WOB – Women on Board, premiação que reconhece e divulga as organizações com pelo menos duas mulheres nos conselhos de administração ou consultivos.

Atualmente, entre nove membros do Conselho Consultivo da CASAN, quatro são mulheres, representatividade de 44% no órgão colegiado responsável pela orientação dos negócios da Companhia. Esse índice coloca a CASAN como uma das empresas brasileiras de saneamento com

Quadro 9 – Tabela tarifária CASAN

Intervalo R\$/m³	1 metro cúbico (m³) = 1 mil litros de água						
	Residencial	Residencial Social	Comercial	Micro Peq. Comércio	Industrial	Pública Órgãos públicos federais, estaduais e municipais	Pública Especial Entidades Filantrópicas
TFDI* R\$/mês	30,24	5,64	30,24	30,24	30,24	30,24	9,07
R\$/m³	0 a 10	2,01	0,38	4,45	3,14	4,45	1,33
	11 a 25	9,34	2,68	12,49			
	26 a 50	12,49	12,49		12,49	12,49	3,74
	Acima de 50	15,71	15,71	15,71			

(*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura.

(**) Tarifa de Esgoto = 100% do valor da Tarifa de Água

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

No exercício de 2021, a CASAN auferiu receita de aproximadamente R\$1,3 bilhão em razão da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 6% superior ao apurado no exercício anterior, portanto acima do último reajuste, devido principalmente ao crescimento vegetativo e da ampliação da cobertura de esgotamento sanitário.

a maior representação feminina em seu Conselho de Administração. A atenção à questão da diversidade é crescente, pois esse é um dos pilares da boa governança, uma meta também priorizada pela CASAN.

ENCONTRO TÉCNICO

Mais um marco no ano de cinquentenário foi a realização do 10º Encontro Técnico, com o tema "Inovando para o Futuro". Com programações abertas ao público, o evento contou com apresentações de trabalhos de profissionais da própria Companhia e também palestrantes de renome, como o ecoteólogo Leonardo Boff, o coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estações Sustentáveis de Tratamento de Esgoto, Carlos Augusto de Lemos Chermicharo, e o pesquisador da Fiocruz, Léo Heller, que abordou o "Saneamento Básico como direito fundamental".

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

No ano em que completou cinco décadas, a CASAN também fortaleceu suas ações de responsabilidade ambiental. Tornou-se signatária do Movimento ODS Santa Catarina e renovou a parceria com o Consórcio Iberê para continuidade da proteção da Mata Ciliar na Região Oeste.

Além disso, como mais um marco em seu Cinquentenário, a CASAN consolidou sua integração ao Programa Governo Sem Papel, que demonstra os ganhos com o Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos/SGP-e. No fechamento de 2021, a empresa contabilizou uma economia de 6 milhões de quilos de papel e uma poupança de 13 milhões de litros de água, que deixaram de ser usados para produzir todo o material economizado em 84 milhões de processos. É mais uma conquista, pois a digitalização dá mais transparência e celeridade à CASAN, qualificando os serviços, trazendo economia e sustentabilidade aos processos.

OPERAÇÃO VERÃO

É também importante destacar o empenho da Companhia na preparação para a temporada 2021/2022. Integrada à Operação Verão Mais Seguro, do Governo de Santa Catarina, a CASAN investiu quase R\$ 45 milhões em infraestrutura de água e esgoto para receber turistas e manter seus serviços para os catarinenses – e obteve um dos finais de ano mais tranquilos dos últimos anos em termos de abastecimento.

Foi também com essa garra e determinação que enfrentamos o acidente da Lagoa de Evapoinfiltração, e fechamos 2021 com praticamente todos os casos de ressarcimento de danos materiais pagos aos moradores. O Plano de Recuperação Ambiental da Região permitiu a limpeza da Lagoa de Evapoinfiltração e a construção do Muro Verde de contenção, para maior segurança às famílias que moram na região. Foi um dos momentos mais difíceis já enfrentados pela Companhia, mas com apoio de todo quadro funcional, ações emergenciais, planejamento e muita dedicação atendemos aos moradores, executamos melhorias e mantivemos em funcionamento o Sistema de Esgotamento Sanitário da Lagoa da Conceição, uma infraestrutura fundamental para a cidade e a qualidade ambiental de Florianópolis.

NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA

Ao final de 2019, as Agências Reguladoras autorizaram a CASAN a implantar, até março de 2020, uma nova estrutura tarifária, que seria realizada por volume medido. Com critérios, conceitos e valores instituídos pelas Agências Reguladoras, o novo modelo privilegia o uso consciente de água, estimulando uma mudança cultural nos municípios atendidos.

A principal mudança é a extinção da tarifa de volume mínimo de 10 metros cúbicos e a implantação de uma Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura (TFDI) que atualmente é de 30,24, implantada em julho de 2021, que será então acrescida dos novos valores por m³, referentes ao consumo medido.

Princípios da Nova Estrutura Tarifária

- Estimulo ao uso mais consciente de água;
- Valores mais adequados ao consumo de cada família ou imóvel;
- Atendimento a uma demanda histórica da sociedade;
- Alinhamento a uma tendência nacional de extinguir um consumo mínimo;
- Mantém o preço médio da água quando de sua aplicação.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 80% da receita obtida em 2021, ou seja, aproximadamente R\$1 bilhão. Outros R\$257 milhões foram auferidos com tarifas nas operações de esgotamento sanitário, o que representa 19% da receita apurada no ano. Além disso, a CASAN auferiu R\$23 milhões (2%) com a prestação de outros serviços, como a execução de ligações, acréscimos por impuntualidade, consertos

de hidrômetros etc.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1 bilhão em 2021, um incremento de 8% em relação ao exercício anterior. As principais causas foram devido à correção do saldo devedor do PDVI - plano de demissão voluntária incentivada, o acréscimo verificado no serviço de fornecimento de energia elétrica, despesa não prevista com o incidente com a Lagoa de Evapoinfiltração (LEI) da Lagoa da Conceição, ocorrido em janeiro/21, o que representou diversas despesas não planejadas, incrementando a rubrica de indenizações a terceiros em razão deste acidente, além do aumento do custo geral dos serviços contratados, e o aumento na comprados de materiais de manutenção, aumentos esses pressionados pelo relevante aumento da inflação.

Por outro lado, observou-se redução de 30% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em R\$74 milhões no ano de 2021. Contribuíram para isso, entre outros fatores, a ampliação dos juros ativos e a importante redução do valor apurado a título de variações monetárias e cambiais. Apurou-se inclusive reversão cambial de parte dos valores calculados em 2020.

Esses fatores conduziram à ampliação de 20% no resultado líquido do exercício, que passou de R\$112 milhões em 2020 para aproximadamente R\$135 milhões em 2021.

Quadro 10 – Comparativo resultado CASAN 2016 – 2021 (R\$ mil)

Indicadores	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Operacional	1.011.284	1.126.217	1.197.061	1.239.629	1.261.014	1.342.338
Custos / Despesas	(849.821)	(1.090.889)	(1.264.126)	(968.361)	(983.786)	(1.063.742)
Resultado Financeiro	(124.562)	(71.703)	(128.549)	(90.757)	(107.021)	(74.516)
Resultado antes do IR e da CSLL	36.901	(36.375)	(195.614)	180.511	170.207	204.079
Resultado Líquido do Exercício	28.374	(28.478)	(119.225)	119.686	112.504	134.950

Analisando o quadro abaixo é possível verificar no ano de 2021 a recuperação da grande maioria dos indicadores. Com exceção da Geração de Caixa, da Margem Bruta, da Margem EBITDA e da Rentabilidade Patrimonial, para todos os demais foram apurados em 2021 resultados mais favoráveis do que os verificados no ano anterior. No ano verificou-se também a reversão de parte da variação cambial apurada em 2020.

Esse cenário reflete ainda o movimento de ampliação do atendimento de esgotamento sanitário da CASAN, já que boa parte dos investimentos está sendo realizada com recursos financiados e também os reflexos econômicos e financeiros da pandemia do Covid-19 verificada em 2020/2021 em nível mundial.

Quadro 11 – Resultado dos Indicadores CASAN 2016 – 2021 (R\$ mil)

INDICADORES	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ativo Total (AT)	2.898.526	3.226.243	3.326.896	3.559.018	3.767.464	3.907.671
Patrimônio Líquido (PL)	1.339.061	1.306.667	1.246.082	1.257.038	1.324.157	1.67.985
Receita Operacional Líquida (ROL)	917.429	1.020.802	1.085.552	1.124.024	1.143.679	1.217.771
Lucro Líquido (LL)	28.374	(28.478)	(119.225)	119.686	112.504	134.950
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,53	0,59	0,62	0,64	0,64	0,57
EBITDA	230.392	110.150	14.726	364.821	393.527	401.145
EBIT	161.463	35.328	(67.064)	271.269	277.228	278.595
Geração de Caixa	171.135	84.666	96.779	350.954	353.739	292.313
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,32	0,36	0,35	0,36	0,39	0,36
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,04	0,16	0,24	0,11	0,18	0,10
Margem Bruta (LB/ROL)	55,04%	55,94%	55,78%	55,08%	50,85%	49,62%
Margem Operacional (LO/ROL)	3,97%	-3,58%	-18,04%	16,11%	14,69%	16,14%
Margem Líquida (LL/ROL)	3,09%	-2,79%	-10,98%	10,65%	9,84%	11,08%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	25,11%	10,79%	1,36%	32,46%	34,41%	32,94%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	2,09%	-2,15%	-9,42%	9,38%	8,37%	7,98%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,39	0,40	0,35	0,35	0,31	0,33
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,58	1,37	0,87	1,32	0,87	1,08
Dívida Líquida / EBITDA	3,9	9,0	73,4	3,1	3,5	3,3
Impostos/Receita Bruta ¹	11,56%	9,36%	9,32%	13,12%	14,70%	14,4%

¹ Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL

Obs. 1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo;

Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido;

Obs.2: Em 2018 os resultados e os indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada.

POLÍTICA TARIFÁRIA

A política tarifária tem como referência uma tabela tarifária única, separada por categorias de consumidores e com escalas por faixas/quantidades crescentes de consumo, vigente para todos os municípios que detêm a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Essa política, de grande relevância para a sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro dos SAA e/ou SES nos municípios onde a CASAN atua, visa buscar um ponto de equilíbrio, que permita-nos oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela Companhia, ao mesmo tempo que busca inibir consumo supérfluo, evitar desperdício de recursos, além de gerar recursos para investimentos a fim de atingir a universalização (modelo fundamentado no Decreto Federal nº 7.217/2010 e aprovado pelas Agências Reguladoras).

Para manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, que é constantemente alterado devido às perdas inflacionárias, às mudanças de mercado e a necessidade de cumprir metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de ampliação e melhoria dos SAA e SES, a CASAN tem assegurado o direito de solicitar as Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses.

No ano de 2020, a CASAN não aplicou reajuste tarifário de 2,55%, devido à pandemia de Coronavírus, conforme determinado pela LEI ESTADUAL Nº 18.025, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020. O reajuste veio a ser aplicado apenas julho de 2021 e postergado para 2022 a recuperação dessa perda de reposição inflacionária.

Quadro 12 - Realinhamento Tarifário - 2016 a 2021

Ano de reajuste	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Percentual (%)	10,81	6,08	4,39	2,61	0,0	2,55

TARIFA SOCIAL

A denominada Tarifa Social, com valor subsidiado pelas demais categorias possui valor reduzido equivalente a aproximadamente 20% da tarifa residencial. Essa tarifa é destinada à população de baixa renda, visando à inclusão social através dessa facilitação ao acesso dos serviços de saneamento e assim melhorando a qualidade de vida e gerando reflexos diretos na saúde e no bem-estar.

Com a Nova Estrutura Tarifária da CASAN os quesitos para enquadramento nesta tarifa foram revisados conforme determinado pelas agências reguladoras, requerendo que os usuários comprovem junto à CASAN:

- Ser enquadrado na Categoria Residencial;
- Ter rendimento familiar total de até 02 (dois) salários mínimos;
- Ser inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Em dezembro de 2021 a CASAN possuía enquadrado na Tarifa Social um total de 8.183 ligações. A Tarifa Social possui prazo de validade de 24 meses, sendo que todos os usuários enquadrados devem a cada 24 meses realizar o recadastramento do benefício.

INVESTIMENTOS EXECUTADOS

A CASAN investiu R\$252 milhões em 2021, dos quais a maior parte foi aplicada em abastecimento de água (51%), já como reflexo do programa de planejamento hídrico. O valor investido em 2021 é inferior ao aplicado no ano anterior (R\$123 milhões, a menos), sendo grande parte dessa diferença em razão da redução dos gastos financeiros (juros e variação cambial). O Quadro 13 e os detalhes para a seguir trazem mais informações sobre esses investimentos.

Quadro 13 - Evolução dos Investimentos – 2016 a 2021 - (R\$ mil)

Distribuição dos Investimentos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total no Período	%
Água	66.453	75.285	33.933	52.471	77.243	129.353	434.738	27
Esgoto	158.446	159.887	173.352	192.600	270.525	110.102	1.064.914	67
Outros	15.261	13.259	31.076	0	28.029	12.806	100.431	6
Total	240.160	248.431	238.361	245.071	375.797	252.261	1.600.081	100

Maiores Investimentos Executados nos Sistemas de Esgotamento sanitário:

Os principais investimentos realizados ao longo de 2021 (em termos de montantes aplicados), para a implantação, melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, foram executados em 13 (treze) municípios, conforme apresentado no Quadro 14.

Quadro 14 – Principais Investimentos (em recursos aplicados no ano)

MUNICÍPIO	SISTEMA	OBRA
ARAQUARI	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
BALNEÁRIO BARRA DO SUL	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
BARRA VELHA	Água	Melhoria no Sistema Integrado de Abastecimento.
CHAPECÓ	Água	Construção do Sistema Integrado de Abast. Do Rio Chapecozinho
CRICIÚMA	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
CRICIÚMA	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Abast. Da Grande Criciúma
CURITIBANOS	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
FLORIANÓPOLIS	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento da Grande Florianópolis
IBIRAMA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
LAURO MULLER	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
RIO DO SUL	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
SÃO JOAQUIM	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento
SÃO JOSÉ	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento

Além das grandes obras destacadas acima, foram realizados diversos outros investimentos significativos nos municípios operados, especialmente para a manutenção e melhoria da prestação dos serviços, dos quais se destacam: extensões, melhorias e manutenções de redes, perfuração de novos poços, compra e instalação de equipamentos eletromecânicos como bombas submersíveis, bombas dosadoras, motobombas entre outras.

OS PRÓXIMOS ANOS

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia visa compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e sua capacidade de investimento e, assim, atingir, a meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) no que diz respeito a universalização dos serviços prestados. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em qualidade de vida para a população catarinense.

O Plano de Investimentos da CASAN segue sendo implementado conforme análises de prioridades e de viabilidades técnicas, operacionais e econômicas e prevê para os próximos 6 anos (2022 a 2027) executar mais de R\$ 3 bilhões em investimentos para contínua expansão, manutenção e melhoria dos serviços abastecimento de água e esgotamento sanitário.

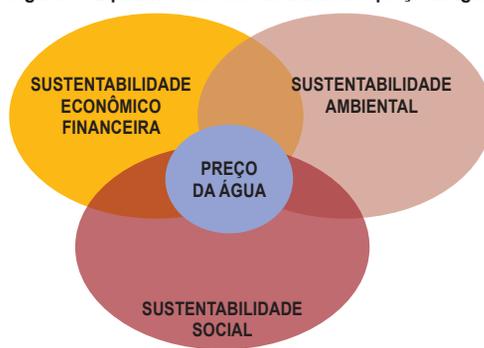
O programa PH - Planejamento Hídrico é uma das prioridades na aplicação de recursos do plano de investimentos estratégicos. O objetivo desse programa é trazer maior segurança hídrica ao Estado de SC, com investimentos robustos e constantes de modo a evitar problemas de abastecimento na área urbana e rural, especialmente em períodos de chuvas escassas. Na CASAN, o plano PH conta com mais de 300 (trezentos) projetos, concluídos ou em elaboração, para alcançar as metas planejadas. Além de ser monitorado pela CASAN, esse programa também é monitorado pelo Governo, através de 4 (quatro) indicadores, sendo que 3 (três) deles têm a característica de serem alterados somente com a sua conclusão:

- Capacidade de produção: esse indicador tem o objetivo de ampliar a capacidade máxima de produção de água tratada em SC (CASAN), medida pela vazão em litros por segundo;
- Rede de adutoras: esse indicador tem o objetivo de ampliar a extensão de adutoras instaladas em SC (CASAN), em quilômetros;
- Capacidade de reservação: esse indicador tem o objetivo de ampliar a capacidade máxima de reservação de água tratada, em SC (CASAN), medida por metro cúbico; e
- Obras de ampliação da capacidade hídrica: esse indicador tem o objetivo de medir o percentual de execução das obras de ampliação da capacidade hídrica durante todas as etapas, desde a definição do projeto, licitação e execução das obras sob gestão da CASAN.

Ao final do programa do planejamento hídrico pretende-se ampliar a extensão de redes de adutoras em 28%, passado de 1.360km iniciais para mais de 1.738km, dobrar a capacidade de produção de água, passado de 9.490 L/s para mais de 19.081 L/s, e ampliar a capacidade de reservação de água tratada em 42%, passando de 222.929m³ para mais de 316.000m³.

Já em sua atuação para ampliação da cobertura urbana de esgoto, as projeções realizadas pela área técnica, apontam para o alcance até 2025 um índice de cobertura de esgoto de aproximadamente de 40%, e os próximos anos serão de busca incessante por avançar ainda mais nessa cobertura, visando atender as metas nacionais do marco do saneamento.

Figura 3 – Equilíbrio entre sustentabilidade e preço da água



OBS: Figura representativa do equilíbrio entre sustentabilidade e preço da água (Com base na Lei 11.445/07 e decreto 7.217/10).

O Quadro 15 apresenta os recursos externos já assegurados para os próximos anos.

Quadro 15 - Fontes de Recursos para o Plano de Investimentos de 2022 a 2027

FONTE DOS RECURSOS EXTERNOS	(mi R\$)
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (aumento de capital)	1.657
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA)	83
AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO - (AFD)	60
AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO - (JICA)	381
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)	36
TOTAL	2.227

Além da utilização de recursos financiados, há também parcela significativa de recursos próprios, oriundos da arrecadação e do aumento de capital por parte do Governo do Estado, os quais são aplicados tanto em outras obras e ações, como na forma de contrapartida aos recursos financiados.

Diretrizes elencadas para aumento de eficiência nos municípios atendidos pela CASAN

Com 50 anos de existência, tem o sucesso no cumprimento da sua missão largamente impulsionado pelo reconhecido *know-how* técnico-operacional da Companhia, caracterizado pela observância de padrões de exigência, busca efetiva de transparência no seu negócio, alicerçada no seu capital humano de colaboradores qualificados que diariamente trabalham para garantir serviços essenciais à qualidade de vida das populações do nosso estado.

Para desenvolver suas competências a Companhia reviu seu planejamento estratégico e reafirmou que, tem como sua MISSÃO: "Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável".

A Companhia deseja ser motivo de orgulho para os catarinenses, tendo como VISÃO: "Ser reconhecida como empresa de excelência na prestação de serviços de saneamento, de forma, sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente e em saúde pública".

Os princípios que expressam a filosofia da empresa e representam as convicções dominantes, as crenças básicas das pessoas e colaboradores da organização, que devem permear todas as atividades e relações com os clientes, são baseados em seus VALORES: "Sustentabilidade, Integridade e Ética, Profissionalismo e Competência, Transparência, Impessoalidade e Inovação".

Para aumentar sua capacidade de investimento e assegurar sua solidez operacional, a CASAN continuará trabalhando para buscar obter ganhos de eficiência e produtividade. Nesse sentido, elegeu em sua estratégia de longo prazo para o período de 2021 a 2025, os principais campos em que serão desenvolvidas iniciativas estratégicas, que visarão não somente a melhoria em diversas atividades, mas também a redução dos custos, focados no aprimoramento dos eixos estruturantes do negócio para alcance dos objetivos estratégicos de:

Usuários e Poder Concedente

- Expandir os serviços, manter e recuperar mercado;
- Fortalecer a imagem da CASAN e a satisfação com serviços.

Financeira

- Garantir e otimizar o equilíbrio econômico-financeiro.

Processos Internos

- Aperfeiçoar processos operacionais e administrativos;
- Aumentar a qualidade dos produtos e serviços;
- Aumentar atuação com responsabilidade socioambiental.

Aprendizado e crescimento

- Desenvolver e valorizar o capital humano;
- Implantar a inovação.

As ações para universalização dos serviços de saneamento em Santa Catarina estão alinhadas com estas iniciativas que visam garantir a sustentabilidade econômico-financeira e operacional, bem como sua capacidade de investimento, fundamental para que leve seus serviços a cada vez mais usuários.

BALANÇO PATRIMONIAL • Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	142	2.300	Empréstimos e financiamentos	16	145.931	254.303
Títulos e valores mobiliários	8	94.382	130.394	Fornecedores e empreiteiros		41.638	37.107
Contas a receber de clientes	9	218.501	214.286	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	49.168	42.097
Partes relacionadas	22	4.850	4.238	Plano de demissão voluntária incentivada	21	77.757	72.898
Estoques	10	66.031	48.521	Impostos e contribuições a recolher	18	86.956	84.953
Impostos e contribuições antecipados/ recuperar	11	84.087	80.405	Dividendos propostos	24e	32.052	65.952
Outros	12	15.092	17.317	Contratos de Arrendamento Mercantil	3q	10.752	12.166
		483.085	497.461	Outros		2.253	1.726
						446.507	571.202
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	9	27.751	8.976	Empréstimos e financiamentos	16	1.253.787	1.200.132
Depósitos dados em garantia	20	103.949	102.182	Partes relacionadas	22	42.516	54.489
Ativo fiscal diferido	14	90.284	96.007	Impostos e contribuições a recolher	18	12.449	20.031
Ativo Financeiro	13	12.490	20.079	Plano de demissão voluntária incentivada	21	251.091	308.603
Direito de Uso de Bem	3q	21.167	16.466	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	17	3.177	3.177
		255.641	243.710	Provisão para contingências	20	78.124	75.727
Investimentos	15	304	304	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	71.681	76.946
Imobilizado	15	42.748	39.653	Plano previdenciário	21	45.242	108.248
Intangível	15	1.878.531	1.749.050	Contratos de Arrendamento Mercantil	3q	11.852	5.492
Obras em andamento	15	1.247.362	1.237.286	Receita diferida	23	19.260	19.260
						1.789.179	1.872.105
		3.168.945	3.026.293	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.424.586	3.270.003	Capital social		1.030.563	884.947
TOTAL DO ATIVO		3.907.671	3.767.464	Adiantamento para futuro aumento de capital		45.851	3.269
				Reserva de reavaliação		83.116	85.213
				Ajuste patrimonial		96.769	114.478
				Reserva legal		30.288	23.540
				Reserva para fundo de investimentos		410.864	309.133
				Outros resultados abrangentes (ORA)		(25.466)	(96.423)
				Lucros/(Prejuízos)			
						1.671.985	1.324.157
				TOTAL DO PASSIVO		3.907.671	3.767.464
				Patrimônio Líquido/Ação		1,911	1,762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 25)	1.217.771	1.143.679
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(613.491)	(562.124)
LUCRO BRUTO	604.280	581.555
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(73.802)	(89.791)
Gerais e administrativas	(259.173)	(227.589)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 29)	7.290	13.053
	(325.685)	(304.327)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	278.595	277.228
RESULTADO FINANCEIRO (nota 28)		
Receitas financeiras	17.439	9.629
Despesas financeiras	(91.955)	(116.650)
	(74.516)	(107.021)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	204.079	170.207
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente	(68.672)	(68.047)
Diferido	(457)	10.344
	(69.129)	(57.703)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	134.950	112.504
Participações estatutárias	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	134.950	112.504
QUANTIDADE DE AÇÕES (Em milhares)	874.960	751.331
(Prejuízo) Lucro por lote de mil ações	0,154	0,150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Período	134.950	112.504
Realização da reserva de reavaliação	(15.486)	(15.711)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(9.565)	(8.614)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	5.265	5.342
Outros Resultados Abrangentes	70.957	(6.217)
Resultado Abrangente do Período	186.121	87.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES (Prejuízo) Lucro líquido do exercício	134.950	112.504
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	102.226	96.613
Depreciação - crédito de tributos	6.436	5.941
AVP de Direito de uso de bem	245	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	457	(10.084)
Provisão para contingências	2.397	(6.748)
Variação cambial não realizada	(2.786)	43.312
Outros Ajustes	(4.642)	-
Alienação imobilizado	816	196
	240.099	241.734
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(22.991)	(3.432)
Partes relacionadas	(612)	5.845
Estoques	(17.510)	(956)
Ativos financeiros	7.590	8.614
Depósitos dados em garantia	(1.767)	(6.876)
Impostos e contribuições a recuperar	(3.682)	(21.757)
Convênios com Prefeituras	2.033	-
Direito de Uso de Bem	-	10.811
Outros	193	1.411
	(36.746)	(6.340)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e empreiteiros	4.531	(10.389)
Partes relacionadas	(11.973)	(3.234)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.072	2.928
Impostos e contribuições a recolher	(5.579)	12.255
Plano de demissão voluntária incentivada	(52.654)	(63.251)
Pagamento de Dividendos	(8.964)	-
Plano previdenciário	(63.006)	10.869
Contratos de Arrendamento Mercantil	-	(9.619)
Outros	527	122
	(130.046)	(60.319)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	73.307	175.075
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições imobilizado e intangível	(237.832)	(225.003)
Aplicações financeiras	-	12.867
Baixas de Imobilizado/intangível devido a municipalização	132	-
	(237.700)	(212.136)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adições nos empréstimos e financiamentos	47.177	71.927
Amortização nos empréstimos e financiamentos	(113.536)	(81.617)
Ajustes patrimoniais	(9.566)	(8.614)
Outros ajustes	3.345	(1.246)
Aumento de Capital em espécie	81.995	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	45.851	-
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	70.957	(6.217)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	126.223	(25.767)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(38.170)	(62.828)
Caixa e aplicações de liquidez imediata no início do exercício	132.694	195.522
Caixa e aplicações de liquidez imediata no final do exercício	94.524	132.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

	Resultados Abrangentes				Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020	842.267	87.418	131.235	(90.206)	17.915	222.522	45.887	-	1.257.038
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.372)	(12.338)					15.710	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(8.614)						(8.614)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavalição		1.147	4.195					(5.342)	
Baixas de ativos reavaliados		20						(20)	
Outros Ajustes								(1.309)	(1.309)
Outros resultados abrangentes (ORA)				(6.217)					(6.217)
Aumento de Capital	62								62
Realização de Ações a Subscriver (Prejuízo) Lucro Líquido do exercício	42.618						(42.618)		
Destinação dos lucros/(Prejuízo)									
Dividendos propostos								(29.307)	(29.307)
Reserva legal					5.625			(5.625)	
Reserva para fundo de investimentos						86.611		(86.611)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	884.947	85.213	114.478	(96.423)	23.540	309.133	3.269	-	1.324.157
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021	884.947	85.213	114.478	(96.423)	23.540	309.133	3.269	-	1.324.157
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.148)	(12.338)					15.486	
Realização dos tributos sobre a reserva de reavalição		1.070	4.195					(5.265)	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(9.566)						(9.566)
Outros Ajustes		(19)						(4.641)	(4.641)
Outros resultados abrangentes (ORA)				70.957					70.957
Aumento de Capital	6.633						(3.269)		3.364
Realização de Ações a Subscriver (dividendos 2019)	26.221								26.221
Realização de Ações a Subscriver (dividendos 2020)	25.146								25.146
Realização de Ações a Subscriver (dividendos 2017)	5.620								5.620
Realização de Ações a Subscriver (em espécie)	27.835								27.835
AFAC	54.161								100.012
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício							45.851	134.950	134.950
Destinação dos lucros/(Prejuízo)									
Dividendos propostos								(32.051)	(32.051)
Reserva legal					6.748			(6.748)	
Reserva para fundo de investimentos						101.731		(101.731)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.030.563	83.116	96.769	(25.466)	30.288	410.864	45.851	-	1.671.985

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS

	31/12/2021	31/12/2020
1. RECEITAS	1.326.672	1.236.737
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.342.338	1.261.013
1.2. Outras receitas (despesas) operacionais	7.290	13.053
1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.956)	(37.329)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(408.818)	(391.703)
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(164.241)	(171.445)
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(232.430)	(197.699)
2.3. Outras despesas gerais	(12.147)	(22.559)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	917.854	845.034
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(122.551)	(116.299)
4.1 Depreciação e amortização	(102.226)	(96.613)
4.2 Depreciação - crédito de tributos	(6.436)	(5.941)
4.3 Amortização do uso de bens	(13.889)	(13.745)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	795.303	728.735
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	17.439	9.629
6.1. Receitas financeiras	17.439	9.629
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	812.742	738.364
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	812.742	738.364
8.1. Pessoal	336.566	285.102
8.1.1. Remuneração direta	222.443	200.717
8.1.2. Benefícios	74.187	61.193
8.1.3. FGTS	16.687	15.114
8.1.4. Plano Demissão Voluntária Incentivada	23.249	8.078
8.2. Impostos, taxas e contribuições	249.271	224.108
8.2.1. Federais	249.106	223.972
8.2.2. Estaduais	139	126
8.2.3. Municipais	26	10
8.3. Remuneração de capital de terceiros	91.955	116.650
8.3.1. Juros	87.259	72.973
8.3.2. Outras	4.696	43.677
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	2.786	43.312
8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	-	-
8.3.2.3. Outras despesas de financiamentos	1.910	365
8.4. Remuneração de capitais próprios	134.950	112.504
8.4.2. Dividendos	32.051	29.307
8.4.3. (Prejuízo) do exercício/Lucros retidos	102.899	83.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, que são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do estado de Santa Catarina), em 193 catarinenses (66% dos municípios catarinenses) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros quatro municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 200 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde opera, 178 permanecem com Contratos e/ou Convênios vigentes, 13 com a concessão vencida (Barracão, Botuverá, Concórdia, Cunha Porã, Doutor Pedrinho, Lebon Régis, Mafra, Major Gercino, Maracajá, Maravilha, Monte Castelo, Rodeio, Santa Rosa de Lima) e 03 sem Convênios: Calmon, Formosa do Sul e Paraíso.

Atualmente 49 (quarenta e nove) municípios, dentre os 178 com Contratos de Programa representam cerca de 70% das receitas totais da Companhia, garantidas através destes Contratos.

Abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios que terão seu prazo de vencimento expirado por ano:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
2022	5	2041	2
2023	7	2042	11
2024	7	2043	10
2025	3	2044	7
2026	2	2045	3
2027	2	2046	8
2028	11	2047	5
2029	4	2048	11
2030	11	2049	13
2031	2	2050	8
2032	4	2051	0
2033	0	2052	1
2034	7	2053	1
2035	2	2054	0
2036	18	2055	1
2037	0	2056	2
2038	3	2057	0
2039	1	2065	2
2040	3		

Total de 178 Municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Programa e dos Convênios de Cooperação/Concessão e o alinhamento aos princípios estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações contábeis individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

b.1. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

b.3. O ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusos nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Imobilizado e Intangível

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. **Transações em moeda estrangeira** • Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. **Instrumentos financeiros**

i. **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

ii. **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

iii. **Capital Social**

• **Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

• **Ações preferenciais**

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. **Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas.

e. **Estoques**

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. **Redução ao valor recuperável – Impairment**

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARES para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do

OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, previrem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

h. **Benefícios a empregados**

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. **Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

j. **Subvenção e assistência governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

l. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

m. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

o. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

p. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

q. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

• Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;

- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2025.

Maturidade dos contratos		
Vencimento das prestações	31/12/2021	31/12/2020
2021	0	12.869
2022	11.867	1.923
2023	10.048	1.923
2024	1.992	1.923
2025	337	307

(iii) juros incorridos no período;

Conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

(iv) contraprestações pagas;

O montante liquidado em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$14.734.

(v) PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

O passivo de arrendamento foi mensurado, no reconhecimento inicial, pelo valor integral obtido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa de pagamentos de arrendamentos, sem qualquer segregação dos tributos a recuperar;

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2021 estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31 de dezembro de 2020	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	31 de dezembro de 2021
	Direito de uso sobre contratos de arrendamento	16.466			19.808
	16.466	19.808	(1.218)	(13.889)	21.167
PASSIVO	31 de dezembro de 2020	Revisão / novos contratos	Amortização	Ajuste a valor presente	31 de dezembro de 2021
	Arrendamento	17.658	19.808	(13.889)	-973
	17.658	19.808	(13.889)	-973	22.604
				Circulante	10.572
				Não circulante	11.852

r. Variação Cambial

Devido à variação cambial, apresentamos a DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa livre dos efeitos financeiros.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Descrição	Indexador	31.12.2021	+10%	-10%	+15%	-15%	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo Financeiro		809.183	890.101	728.265	930.560	687.806	1.011.479	606.887	1.213.775	404.592
CAIXA	UPR	204.826	225.309	184.343	235.550	174.102	256.033	153.620	307.239	102.413
BNDES	URTJLP	29.578	32.536	26.620	34.015	25.141	36.973	22.184	44.367	14.789
Debêntures	CDI	574.778	632.257	517.301	660.996	488.562	718.474	431.084	862.169	287.390
		9,15	10,065	8,235	10,5225	7,7775	11,4375	6,8625	13,725	4,575
		21,7756854	23,9532539	19,5981169	25,0420382	18,5093326	27,2196068	16,3317641	32,6635281	10,8878427
		2,051696	2,2568656	1,8465264	2,3594504	1,7439416	2,56462	1,538772	3,077544	1,025848

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado financeiro:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Podem ser definidos como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;
- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de "incentivos" de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inadequada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 10%, 15%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 10%, 15%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Descrição	Moeda	31.12.2021	+10%	-10%	+15%	-15%	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo										
AFD	Euro	349.839	384.823	314.855	402.315	297.363	437.299	262.379	524.759	174.920
JICA	len	270.275	297.301	243.247	310.815	229.733	337.843	202.706	405.411	135.137
Euro		6.321	6.9531	5,6889	7,26915	5,37285	7,90125	4,74075	9,4815	3,1605
len		0,04847	0,053317	0,043623	0,0557405	0,0411995	0,0605875	0,0363525	0,072705	0,024235

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;

Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
	Contábil	Contábil	Mercado	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	142	2.300	142	2.300
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata	94.382	130.394	94.382	130.394
Contas a Receber (líquido de PDD)	218.501	214.286	218.501	214.286
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(779.604)	(775.889)	(779.604)	(775.889)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(620.114)	(678.546)	(620.114)	(678.546)

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o

que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	1.084.543	257.795	1.342.338
Deduções da receita bruta	(100.739)	(23.828)	(124.567)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	983.804	233.967	1.217.771
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(520.088)
Lucro bruto			697.683
Depreciação e amortização operacional			(93.410)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(310.228)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			7.285
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			301.330

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	1.025.200	235.813	1.261.013
Deduções da receita bruta	(95.305)	(22.029)	(117.334)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	929.895	213.784	1.143.679
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(473.308)
Lucro bruto			670.371
Depreciação e amortização operacional			(88.816)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(282.811)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			13.053
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			311.797

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Total do Ativo Circulante	483.085	497.461
Contas a receber de clientes, líquido	27.751	8.976
Ativo financeiro	12.490	20.079
Depósitos dados em garantia	103.949	102.182
Ativo fiscal diferido	90.284	96.007
Direito de Uso de Bem	21.167	16.466
Total do ativo não circulante	255.641	243.710
Investimentos	304	304
Imobilizado	42.748	39.653
Obras em andamento	1.247.362	1.237.286
Ativo intangível	1.878.531	1.749.050
Ativos dos segmentos reportados	3.168.945	3.026.293
Ativo total, conforme balanço patrimonial	3.907.671	3.767.464

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Metropolitana	409.952	389.178
Sul/Serra	201.474	190.262
Oeste	236.765	224.243
Norte/Vale	236.352	221.517
Total	1.084.543	1.025.200

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Metropolitana	174.967	163.739
Sul/Serra	35.643	34.325
Oeste	34.343	29.211
Norte/Vale	12.842	8.539
Total	257.795	235.814

Receita Operacional por Município: Água

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Florianópolis	241.182	228.301
Chapecó	65.005	60.540
Criciúma	81.238	77.562
Rio do Sul	28.856	26.805
São José	105.265	98.472
Outros	562.997	533.520
Total	1.084.543	1.025.200

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Florianópolis	133.851	128.333
Chapecó	26.190	22.839
Criciúma	23.236	22.147
Rio do Sul	-	-
São José	39.341	35.119
Outros	35.177	27.376
Total	257.795	235.814

Resumo dos custos e despesas

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Despesas		
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	613.491	562.124
Vendas	73.802	89.791
Gerais e Administrativas	259.173	227.589
Total	946.466	879.504

Resumo das receitas

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas		
Água	1.084.543	1.025.200
Esgoto	257.795	235.813
Total	1.342.338	1.261.013

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020
Bens numerários	0	1
Bancos	142	2.299
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	142	2.300

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$94.382 (R\$130.394 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$94.382

em 31 de dezembro de 2021, R\$75.420 refere-se à aplicação dos Recursos destinados especificamente a obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$18.962, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante		
Consumidores finais	204.778	209.318
Entidades públicas	8.147	13.658
Consumo a faturar	65.991	57.449
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(60.415)	(66.139)
Total Circulante	218.501	214.286
Não circulante		
Consumidores finais	18.274	4.944
Entidades públicas	9.477	4.032
Créditos reconhecidos como perdas	257.758	229.032
(-) Perdas reconhecidas	(257.758)	(229.032)
Total Não circulante	27.751	8.976
Total Contas a Receber de Clientes	246.252	223.262

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2021, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer		> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias		
Comercial	20.784	3.998	1.302	7.370	28.990	62.444
Industrial	3.346	466	127	450	5.463	9.852
Pública	3.552	2.161	2.006	10.694	92.071	110.454
Residencial	101.403	32.943	8.203	41.901	131.234	315.684
Consumo a faturar	65.991	-	-	-	-	65.991
	195.046	39.568	11.638	60.415	257.758	564.425
PCLD	-	-	-	(60.415)	(257.758)	(318.173)
Total Contas a Receber	195.046	39.568	11.638	-	-	246.252

a) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de dezembro de 2021 a conta apresenta um saldo de R\$13.590 (R\$9.236 em 31 de dezembro de 2020).

Importante também destacar que durante o exercício de 2020 diversos procedimentos de impulsionamento de cobrança ficaram prejudicados em virtude da situação de pandemia pela qual se encontrava o país, tendo como principal destaque a Lei Estadual 18.025/2020 que proibiu o corte de abastecimento enquanto durasse a situação de calamidade pública.

Contudo no decorrer do exercício de 2021 as políticas foram paulatinamente retomadas, tendo como destaque o retorno das políticas de corte a partir de março/2021 e a edição da norma interna SFIN-14, que regulamenta a Política Judicial de Cobrança da CASAN, dando mais poder de atuação aos procuradores da companhia para viabilizarem as cobranças. Outro ponto que merece destaque foram as edições 8ª e 9ª do programa Zera Dívida (Resolução 55/2021 e 400/2021), programa esse que consiste na recuperação de créditos antigos junto a clientes. Por fim, o sucesso dos programas pode ser verificado através do indicador SNIS IN029 (Inadimplência), que demonstra um índice de 3,27%.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Materiais em almoxarifado	66.031	48.313
Outros	-	208
Total Estoques	66.031	48.521

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Imposto de Renda 2021 a compensar	46.744	44.177
Contribuição Social 2021 a compensar	17.236	16.344
Impostos retidos a recuperar	6.121	6.007
Outros	13.986	13.877
	84.087	80.405

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Adiantamentos a fornecedores	5.603	5.993
Convênios com prefeituras	5.223	7.256
Adiantamentos a empregados	2.096	1.722
Cauções	0	245
Pagamentos reembolsáveis	1.265	1.216
Outros créditos	905	885
Total	15.092	17.317

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

13. ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos financeiros	Saldo Contábil antes dos ajustes	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes em 2011 a 2021	Saldo Contábil em 31/12/2021
Imbituba	24.816	3.108	0	24.816	0
Gravatal	8.267	1.033	1	7.234	1.033
Morro da Fumaça	4.438	555	4	2.219	2.219
São José do Cedro	3.585	448	0	3.585	0
Bombinhas	6.933	850	3	4.284	2.649
Ilhota	1.498	188	3	934	564
Princesa	189	24	4	94	95
Guabiruba	2.062	258	4	1.031	1.031
Videira	9.798	1.225	4	4.899	4.899
	61.586	7.689		49.096	12.490

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Itajaí	2005	30.000
Itapoá	2007	3.469	Joinville	2005	135.000
Imbituba	2014	25.037	Papanduva	2005	800
Massaranduba	2010	2.486	Três Barras	2011	2.281
Meleiro	2009	571	Timbó	2005	5.000
Palhoça	2007	10.000	Itapema	2005	4.000
Penha	2012	8.896	São José do Cedro	2014	3.584
Praia Grande	2013	1.078	Lages	2005	110.000
Presidente Getúlio	2010	4.536	Garuva	2012	475
João Batista	2005	1.900	Gravatal	2015	8.308
Bombinhas	2017	7.100	Videira	2018	9.000
Princesa	2017	191	Guabiruba	2018	3.072
Total de Indenizações					482.705

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de cálculo			31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
	IRPJ	CSLL	Total	Total	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	60.415	15.104	5.437	20.541	22.487
Provisão para contingências trabalhistas	12.124	3.031	1.091	4.122	5.001
Provisão para contingências cíveis	60.500	15.375	5.535	20.910	20.746
Provisão para contingências ambientais	4.500	1.125	405	1.530	-
Prejuízo Fiscal	127.002	31.750	11.431	43.181	43.181
Ajuste a Valor Justo Fromage	-	-	-	-	4.592
	264.541	66.385	23.899	90.284	96.007
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				90.284	96.007

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/ devedores duvidosos	Prejuízo Fiscal	Ajuste a Valor Justo	Total
Em 01 de janeiro de 2020	28.042	19.781	43.441	0	91.264
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	(2.295)	2.706	(260)	4.592	4.743
Em 31 de dezembro de 2020	25.747	22.487	43.181	4.592	96.007
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	815	(1.946)	0	(4.592)	(5.723)
Em 31 de dezembro de 2021	26.562	20.541	43.181	-	90.284

15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2021 os ativos Intangível, Imobilizado e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Ativos Intangíveis

	31 de dezembro de 2020 Líquido	Depreciação/Amortização	Baixas/ Municipalizações e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31 de dezembro de 2021 Líquido
Sistema de Água	925.552	(50.569)	(394)	64.999	939.588
Produção/Distribuição					
Sistema de Esgoto	823.498	(49.205)	(26)	164.676	938.943
Redes/Tratamento					
Total	1.749.050	(99.774)	(420)	229.675	1.878.531

Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	16.998	(7.549)	9.449	9.894
Concórdia	33.608	(10.639)	22.969	16.286
Chapécó	238.360	(85.158)	153.202	126.982
Criciúma Sistema Local e Integrado	304.835	(133.337)	171.498	178.589
Curitibanos	116.747	(10.539)	106.208	8.611
Florianópolis Sistema Local e Integrado	1.192.857	(516.878)	675.978	665.670
Laguna	100.385	(15.936)	84.449	87.030
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	38.236	(14.671)	23.565	19.083
Santo Amaro da Imperatriz	20.016	(8.002)	12.014	10.893
São Joaquim	61.177	(16.590)	44.587	44.912
São José	91.239	(37.256)	53.983	55.327
São Miguel do Oeste Sistema Local e Integrado	30.205	(10.355)	19.850	20.016
Siderópolis	15.782	(4.954)	10.828	10.536
Demais 182 Municípios	713.638	(223.687)	489.951	495.221
	2.974.082	(1.095.551)	1.878.531	1.749.050

b) Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Água		
Produção	114.365	67.346
Distribuição	37.556	45.093
Projetos e obras de operação Imediata	22.652	26.247
Total Água	174.573	138.686
Esgoto		
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	917.848	971.757
Projetos e obras de operação Imediata	2.871	3.575
Total Esgoto	920.719	975.332
Projetos e obras administrativas	104.293	103.253
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	47.777	20.015
Total Obras em Andamento	1.247.362	1.237.286

c) Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

Ativos Imobilizados

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial 01 de janeiro	39.653	40.877
Depreciação e amortização	(5.327)	(6.434)
Baixas, municipalizações e ajustes	(3.946)	(1.569)
Aquisições e transferências	12.368	6.778
Total Ativos Imobilizados	42.748	39.653

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos reavaliados	282.507	303.258
Tributos sobre a reavaliação	(71.681)	(76.946)
Saldo da reavaliação	210.826	226.312

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Imobilizado e Intangível		
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de

cada contrato, obtida nas notas explicativas abaixo:

Operações no exterior:

	31 de dezembro de 2021
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	392.955
(-) Juros a Apropriar	(43.116)
Japan International Cooperation Agency - JICA	281.707
(-) Juros a Apropriar	(11.432)
Total Operações líquidas no exterior	620.114

Operações no país:

	31 de dezembro de 2021
Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	347.937
(-) Juros a Apropriar	(143.111)
Debêntures	863.634
(-) Juros a Apropriar	(288.856)
Total Operações Líquidas no país	779.604
Total Empréstimos e Financiamentos	1.399.718

Abaixo a comparação com o ano de 2020, pelo seu valor líquido:

	Passivo Circulante 31 de dezembro de 2021	Passivo Circulante 31 de dezembro de 2020	Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2021	Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2020	Encargos incidentes
Operações no exterior:					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	66.087	67.238	283.752	349.930	Ver nota explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	64.647	8.045	205.628	253.333	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	130.734	75.283	489.380	603.263	
Operações no país:					
Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras	10.740	9.617	194.086	193.684	Ver nota explicativa
Debêntures	4.457	169.403	570.321	403.185	Ver nota explicativa
Total Operações no país	15.197	179.020	764.407	596.869	
Total Empréstimos e Financiamentos	145.931	254.303	1.253.787	1.200.132	

a) Em 31 de dezembro de 2021 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2020).

b) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano:	31 de dezembro de 2021
2022	121.730
2023	261.928
Após 2024	1.016.060
Total	1.399.718

c) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro, 1 Euro equivalente a R\$6,321 em 31 de dezembro de 2021 e R\$6,37 em 31 de dezembro de 2020 e, 1 lene equivalente a R\$ 0,04847 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 0,05043 em 31 de dezembro de 2020.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2021 a Companhia recebeu o montante de R\$210.369 (¥4.340.202) para as obras e de R\$101.339 (¥2.090.774) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20/03/2017 e finalizará em 20/03/2035. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo devedor é de R\$270.275 equivalentes a ¥5.576.119.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD.

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo devedor é de R\$ 349.839 equivalente a €55.345.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2010	2032	18.948	20.145
2012	2034 a 2036	185.878	183.156
Total		204.826	203.301

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante:		
Provisão para férias/13ª salário	32.314	28.873
INSS	6.280	5.547
FGTS	2.145	1.707
IR s/folha de pagamento	3.786	3.000
Plano de saúde e previdência	-	3
Consignações	3.672	1.982
Outros	971	985
Total Circulante	49.168	42.097
Não Circulante:		
Participação em resultados	3.177	3.177
Total Não Circulante	3.177	3.177

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 apresentam os seguintes valores:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante:		
REFIS	7.968	7.819
COFINS	6.832	6.137
PIS/PASEP	1.479	1.330
Imposto de Renda - retenções	147	111
Imposto de Renda sobre lucro real	49.991	49.618
PIS/COFINS/CSLL - retenções	597	445
INSS de terceiros	668	587
Contribuição social sobre lucro real	18.681	18.429
Outros	593	477
Total circulante	86.956	84.953
Não circulante:		
REFIS	12.449	20.031
Total não circulante	12.449	20.031

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa Selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de setembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo anterior	7.820	7.704	20.031	27.432
Transferências	8.029	7.893	(8.029)	(7.893)
Atualizações (TJLP)	-	-	447	492
Amortizações	(7.881)	(7.777)	-	-
	7.968	7.820	12.449	20.031

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$71.681 em 31 de dezembro de 2021 (R\$76.946 em 31 de dezembro de 2020), conforme mencionado na nota explicativa nº15.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Provisão para contingências cíveis	61.500	61.018
Provisão para contingências trabalhistas	12.124	14.709
Provisão para contingências ambientais	4.500	-
	78.124	75.727
Total Depósitos dados em garantia	(103.949)	(102.182)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(25.825)	(26.455)

Em 31 de dezembro de 2021 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$668.994 (R\$613.249 em 31 de dezembro de 2020).

a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$61.500 em 31 de dezembro de 2021 (R\$61.018 em 31 de dezembro de 2020).

b. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$12.124 em 31 de dezembro de 2021 (R\$14.709 em 31 de dezembro de 2020) em face de eventuais perdas nesses processos.

c. Contingências ambientais

Foram provisionados danos ambientais no montante de R\$4.500, em conformidade com o PRAD - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, em relação ao deslizamento dos taludes da Lagoa de Evapoinfiltração (LEI), que recebe efluente tratado da Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis e remotas.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Rodarte Nogueira - Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$ 45.242 (R\$ 108.248 em 31 de dezembro de 2020).

Administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Obrigações Previdenciárias

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Valor das obrigações no início do ano	373.530	370.275
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(1.906)	(1.979)
Juros sobre obrigação atuarial	34.290	25.498
Contribuições de participantes vertidas no ano (Ganho) / perda atuarial	1.971	1.961
	(58.281)	(3.759)
Benefícios pagos no ano	(19.786)	(18.466)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	329.818	373.530
Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	265.282	272.896
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	10.734	(8.015)
Contribuições do empregador	1.943	-
Contribuições dos participantes	1.970	-
Benefícios pagos	(19.786)	(18.466)
Receita dos juros	24.433	18.867
Valor justo dos ativos no final do ano	284.576	265.282
Passivo Líquido reconhecido no exercício	45.242	108.248

Premissas adotadas

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Base de dados cadastrais e patrimonial	30/09/2021	31/12/2020
Data do Cálculo	31/12/2021	31/12/2020
Financeiras		
Duration do Plano (em anos)	12,58	12,21
Entre 2040 e	2045	-
NTN-B - vencimento		
Duration dos títulos (em anos) (1)	12,34	-
Taxa média indicativa - NTN-B (2)	5,45%	3,21%
Taxa de inflação média no ano	5,03%	4,25%
Taxa Nominal de juros de desconto atuarial anual	10,75%	7,60%
Projeção de aumento anual dos salários (nominal)	5,89%	5,10%
Projeção de aumento anual dos benefícios (nominal)	5,03%	4,25%
Expectativa de retorno dos Ativos do Plano	10,75%	7,60%
Fator de capacidade (salários)	98,31%	100,00%
Fator de capacidade (Benefícios)	98,31%	100,00%

Demográficas

	0,000%	0,000%
Taxa de rotatividade		
Sexo Masculino:	Sexo Masculino:	Sexo Masculino:
AT 2000 Básica F / Sexo Feminino:	AT 2000 Básica F / Sexo Feminino:	AT 2000 Básica F / Sexo Feminino:
AT 2000 F Desagravada em 10% Grupo Americana	AT 2000 F Desagravada em 10% Grupo Americana	AT 2000 F Desagravada em 10% Grupo Americana
Não considerado 100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	Não considerado 100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	Não considerado 100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal
BaC - Família Média / BC - Família Real	BaC - Família Média / BC - Família Real	BaC - Família Média / BC - Família Real

Composição familiar Principais hipóteses e parâmetros

	10,75%	7,60%
Taxa de juros de desconto atuarial anual	10,75%	7,60%
Projeção de aumento anual dos salários	5,89%	5,10%

A avaliação da obrigação registrou um ganho atuarial significativo na ordem de R\$ 58.280, segmentado da seguinte forma:

a) Mudança de premissas (exceto taxa de desconto): Redução do Fator de Capacidade de 100% para 98,31%, que representou um ganho de R\$ 7.364.613. Esta hipótese está vinculada à perda do poder aquisitivo da moeda entre a data base do reajuste dos salários ou benefícios e a data da Avaliação, ao passo que o aumento da inflação causa uma redução da obrigação; e

Mudança de premissas (taxa de desconto): Aumento da hipótese de Taxa de Juros de Desconto Atuarial Anual de 7,60% para 10,75%, considerando-se, respectivamente, Taxa Média Indicativa - NTN-B de 3,21% e 5,45%, conforme metodologia registrada no item 6 do Relatório. A alteração desta hipótese gerou um ganho de R\$ 98.370.095, reduzindo a obrigação, uma vez que quanto maior a taxa de juros menor a obrigação. Tal aumento está diretamente vinculado à abertura dos rendimentos das Notas do Tesouro Nacional série B, NTN-B's, empregadas na apuração da taxa de desconto/juros, haja vista o cenário econômico na data a que se referem as demonstrações contábeis.

b) Ajustes de experiência: registrou uma perda atuarial de R\$ 47.453.898, referente, principalmente, ao impacto de provisionamento da inflação sobre as obrigações do Plano CASANPREV.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI 2017. As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
PDVI 2017 - Passivo Circulante	77.757	72.898
PDVI 2017 - Passivo Não Circulante	251.091	308.603
Total PDVI	328.848	381.501

22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e a acionista CELESC.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Conta a receber de clientes		
Circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	4.805	4.183
CELESC	46	55
Total de contas a receber dos acionistas	4.850	4.238

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a pagar a fornecedores		
Não Circulante:		
CELESC	12.938	10.111
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	-	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	12.938	13.475

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Não circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	29.578	41.014
Total empréstimos a pagar para acionistas	29.578	41.014

Resultado das operações com acionistas

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita bruta de serviços prestados	27.743	24.638
Custos com Energia Elétrica	(122.053)	(104.550)
Juros de empréstimo com acionista (BNDES)	(2.883)	(1.940)
Resultado	(97.193)	(81.852)

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a intervenção do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2021, no montante R\$29.578, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$19.260 em 31 de dezembro de 2021 (idem em 31 de dezembro de 2020) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO- OTACÍLIO COSTA

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a. Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 1.030.563 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 884.947 em 31 de dezembro de 2020) está representado por 874.960.411 ações (751.330.842 ações em 31 de dezembro de 2020). São 436.887.780 ações ordinárias (375.538.169 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020) todas nominativas e sem valor nominal, e 438.072.631 ações preferenciais (375.792.673 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2020) todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Acionistas	31 de dezembro de 2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	291.268.851	310.021.674	601.290.525
SC Parcerias S/A.	70.941.406	71.229.802	142.171.208
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	17.914.497	0	17.914.497
Demais Acionistas Nacionais	49.775	42.977	92.752
Total de ações	436.887.780	438.072.631	874.960.411

Acionistas	31 de dezembro de 2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	236.856.732	253.851.013	490.707.745
SC Parcerias S/A.	66.470.150	66.547.700	133.017.850
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	55.358.800	55.357.200	110.716.000
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.811.705	0	16.811.705
Demais Acionistas Nacionais	40.782	36.760	77.542
Total de ações	375.538.169	375.792.673	751.330.842

b. Aumento de Capital

Em 16/12/2021 a CASAN publicou aviso aos acionistas informando a Homologação Parcial do Aumento de Capital: "Considerando o fim do Período de Subscrição de Sobras no âmbito do Aumento de Capital e o atingimento da Subscrição Mínima, foi realizada hoje, Reunião do Conselho de Administração que deliberou pela homologação parcial do Aumento do Capital da Companhia que será ratificado em Assembleia Geral de acionistas a ser realizada no futuro".

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O Governo do Estado de Santa Catarina aportou o valor de R\$100.000 referente a AFAC no ano de 2021, sendo este valor utilizado para Obras do Rio Chapecozinho. Deste valor, R\$ 54.150 já foram integralizados por meio de Aumento de Capital, conforme homologação em 16/12/2021. Em 31 de dezembro de 2021 tem-se R\$ 45.850 em adiantamento para futuro aumento de capital (3.069 em 31 de dezembro de 2020).

Lucros/Prejuízos

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou Lucro de R\$ 134.950 (Lucro de R\$112.504 em 31 de dezembro de 2020).

Reservas de Lucro
Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

Reserva para Plano de Investimentos

Conforme art 72º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Investimentos que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

c. Dividendos

Lucro Exercício para cálculo dos dividendos	134.950
Reserva Legal (5%)	(6.748)
Base para Dividendos	128.202
Dividendos Propostos (25%)	32.051

Em dezembro de 2021 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$32.052 sendo 1, referente a dividendos dos minoritários de 2020 e 2021 não pagos em função de problemas com cadastro dos acionistas no Banco Escriturador.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Tarifas de água	1.061.408	1.006.874
Tarifas de esgoto	257.736	235.762
Outras receitas de serviços de água	23.135	18.326
Outras receitas de serviços de esgoto	59	52
Total do faturamento	1.342.338	1.261.014
Impostos sobre vendas e outras deduções	(124.567)	(117.335)
Total receita líquida	1.217.771	1.143.679

26. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Salários e encargos	397.466	339.516
Materiais	70.607	74.855
Serviços de terceiros	267.383	224.429
Gerais e tributárias	35.874	27.275
Depreciações, amortizações e provisões	102.226	96.613
Amortização direito de uso de bem	13.889	13.746
Perda de Ajuste a Valor Justo	22.956	-
Perdas na realização dos créditos e Provisão para devedores duvidosos	16.800	37.329
Recomposição de pavimentação	35	25.556
Fundos para programas municipais	19.230	26.681
Total	946.466	866.000

27. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Salários	141.994	129.045
Férias, Abono e 13º Salário	41.927	36.590
Custos previdenciários	72.797	62.902
FGTS	16.687	15.114
Programa de alimentação	38.763	36.181
Programa de saúde	26.764	19.466
Gratificações	23.249	8.079
PDV – Demissão voluntária incentivada	25.533	23.112
Outros benefícios	9.752	9.027
Total	397.466	339.516
Número de empregados	2.571	2.533

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	3.980	3.071
Juros ativos	5.916	1.312
Rendimento de aplicações financeiras	5.244	5.246
Variações monetárias cambiais	609	-
Ganho com recuperação de crédito	1.690	-
Total Receitas Financeiras	17.439	9.629
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(86.169)	(71.462)
Variações monetárias e cambiais	(2.786)	(43.312)
Outras	(3.000)	(1.876)
Total Despesas Financeiras	(91.955)	(116.650)
Resultado Financeiro Líquido	(74.516)	(107.021)

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2021, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Outras receitas operacionais:		
Pessoal à disposição	-	2.614
Indenizações e ressarcimento de despesas	235	237
Comissão prestação de serviços/convênios	753	214
Reversão Causas cíveis	-	6.891
Reversão Causas trabalhistas	3.191	413
Vendas de bens do imobilizado	8.162	2.387
Reembolso mensalidade Unimed	-	909
Contribuições e doações	713	494
Outras	97	50
Total Outras Receitas Operacionais	13.151	14.209
Outras despesas operacionais:		
Baixa de imobilizado	(616)	(194)
Fiscais e tributárias	(447)	(491)
Causas ambientais	(4.500)	-
Causas trabalhistas	-	(288)
Causas Cíveis	(298)	(183)
Total Outras Despesas Operacionais	(5.861)	(1.156)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	7.290	13.053

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendáveis, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$75.832. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Companhia possui 598 veículos leves e pesados alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

BALANÇO SOCIAL

1. BASE DE CÁLCULO		2021 - Valores em R\$ MIL			2020 - Valores em R\$ MIL			
Receita Operacional Líquida (ROL)		1.217.771			1.124.024			
Resultado Operacional (RO)		278.596			268.721			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		414.834			354.051			
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre	
		R\$ MIL	FBP	RL	R\$ MIL	FBP	RL	
Alimentação		47.076	11,35%	3,87%	38.912	10,99%	3,46%	
Encargos Sociais Compulsórios		77.587	18,70%	6,37%	67.709	19,12%	6,02%	
Previdência Privada		3.945	0,95%	0,32%	3.914	1,11%	0,35%	
Saúde		22.600	5,45%	1,86%	20.570	5,81%	1,83%	
Segurança e Saúde no Trabalho		1.425	0,34%	0,12%	1.410	0,40%	0,13%	
Educação		435	0,10%	0,04%	704	0,20%	0,06%	
Cultura		1.170	0,28%	0,10%	1.130	0,32%	0,10%	
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		226	0,05%	0,02%	813	0,23%	0,07%	
Creches ou Auxílio-Creche		3.154	0,76%	0,26%	2.890	0,82%	0,26%	
Participação nos Lucros ou Resultados		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Outros		23.249	5,60%	1,91%	28.351	8,01%	2,52%	
Total dos Indicadores Sociais Internos		180.867	43,60%	14,85%	166.401	47,00%	14,80%	
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre	
		R\$ MIL	RO	RL	R\$ MIL	RO	RL	
Educação								
Cultura		255	0,09%	0,02%	305	0,11%	0,03%	
Saúde e Saneamento					50	0,01%	0,00%	
Esporte		100	0,04%	0,01%	-	-	-	
Sub Total		355	0,13%	0,03%	355	0,13%	0,03%	
Tributos (excluídos os encargos sociais)		203.601	49,08%	16,72%	173.484	49,00%	15,43%	
Total dos Indicadores Sociais Externos		203.957	49,21%	16,75%	173.839	49,13%	15,47%	
4. INDICADORES DO AMBIENTE CONFORME ATUAÇÃO DA COMPANHIA		Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre	
		R\$ MIL	RO	RL	R\$ MIL	RO	RL	
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa		252.000	90%	20,69%	245.071	91%	21,80%	
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos		995	0,36%	0,08%	431	0,16%	0,04%	
Total dos Investimentos em Meio Ambiente		252.995	90,81%	20,78%	245.502	91,36%	21,84%	
Quanto ao Estabelecimento de "metas anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:		Não possui Metas			Não possui Metas			
5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL			2021			2020		
Nº de Empregados(as) ao Final do Período			2.571			2.533		
Nº de Admissões Durante o Período			86			66		
Nº de Empregados(as) Terceirizados			643			567		
Nº de Estagiários(as)			115			89		
Nº de Empregados(as) Acima de 45 anos			1.112			1.048		
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa			541			534		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres			25,08%			23,79%		
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa			46			47		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)			0,33%			0,69%		
Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais			73			69		
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL			2021			Metas 2022		
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa			18,68 vezes			0		
Número Total de Acidentes de Trabalho			48			REDUZIR		
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:			Direção e gerências			Direção e gerências		
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:			Direção e gerências			Direção e gerências		
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as) a Empresa:			Segue normas OIT			Segue normas OIT		
A Previdência Privada Contempla:			Todos os empregados			Todos os empregados		
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:			Todos os empregados			Todos os empregados		
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:			São exigidos			São exigidos		
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:			Apoia			Apoiara		
			Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores			31.830	254	354	0	0	0
% de Reclamações e Críticas Solucionadas			80,40%	73,23%		81,54%	74,37%	
			2021			2020		
			Governo	249.271		Governo	225.840	
			Colaboradores	336.566		Colaboradores	294.977	
			Acionistas	32.051		Acionistas	31.025	
			Terceiros	91.955		Terceiros	109.897	
			Retido	102.899		Retido	88.661	
7. OUTRAS INFORMAÇÕES		A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO. NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE						

32. EFEITOS DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após quase dois anos de Pandemia enunciada pela OMS – Organização Mundial da Saúde ocasionada pelo surto do novo Coronavírus, a CASAN, seguindo as diretrizes do Estado de Santa Catarina, continua adotando ações a fim de dar continuidade e qualidade aos serviços prestados à população catarinense, visto que fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos são serviços essenciais à população e uma importante arma para o combate ao vírus.

As atividades administrativas e o atendimento ao público, antes de forma predominantemente remota, já retomaram para a forma presencial a partir desde agosto.

Durante o ano de 2021 verificou-se aumento no consumo de materiais de higiene, tais como luvas, papel toalha e álcool em gel e compra de materiais antes nunca adquiridos pela empresa, como máscara descartável e álcool 70% para limpeza.

Com o avanço da vacinação e com os números da economia sendo recuperados, a arrecadação tem sofrido discreto impacto negativo.

Não foram identificados impactos que necessitassem de ajustes informações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Por fim, cabe mencionar que a Companhia poderá adotar outras medidas caso haja necessidade, e que continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 11/03/2022 foi emitida a NOTA TÉCNICA 002/2022/ACT – Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Santa Catarina – ARES, a Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí – AGIR e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, a qual atestou que os estudos de viabilidade e os planos de captação atendem ao exigido no Decreto Federal nº 10.710 de 31 de maio de 2021, ratificando, portanto, a conclusão obtida pela CASAN e seus certificadores independentes.

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberta Maas dos Anjos

Diretora Presidente

Evandro André Martins

Diretor Administrativo

Giovani Pickler

Diretor Comercial

Ivan Gabriel Coutinho

Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Pedro Joel Horstmann

Diretor de Operação e Expansão
Contadora
Gerente de Controladoria
Econômico-Financeira
 Marina Godoy

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente
 Décio Augusto Bacedo de Vargas

Demais Membros
 Daniella Godinho Abreu
 Eduardo Firmino Guedes
 Eduardo José de Souza
 Haneron Victor Marcos
 Messias Fontinhas de Souza
 Roberta Maas dos Anjos
 Sabrina Weiss Raupp
 Sílvia Santos

CONSELHO FISCAL
Presidente

Ricardo de Sousa

Demais Membros

Alexandre Pedercini Issa

Gabriel Arthur Loeff

Letícia Pedercini Issa

Matheus Hoffmann Machado

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
Coordenador

Carlos Rocha Velloso

Demais Membros

Cristiane Scholz Faisca Cardoso

Eduardo Person Pardini

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Referente ao 4º trimestre do exercício de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

São aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Teste de Impairment (Nota explicativa 3 "g")

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos. Foram consideradas como unidades geradoras de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares e avaliados os itens:

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Availamos o estudo realizado e testamos os cálculos apresentados, de forma a assegurar que não há indicação de reconhecimento de perda por *impairment*.

Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3 "h", 21)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 45.242 mil (R\$ 108.248 mil em 2020). Consideramos como principal assunto de auditoria devido as estimativas complexas, com saldos relevantes e também subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumentos salariais e taxas de desconto. Variações nestes saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial. Adicionalmente, a Companhia também possui um Plano de Demissão Voluntária Incentivada. Em 31 de dezembro de

2021, a Companhia apresenta a título de obrigações com o PDVI de R\$ 328.848 mil (R\$ 381.501 mil em 2020), Passivo Circulante e Não Circulante.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Verificamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela companhia; avaliamos a razoabilidade das principais premissas, taxas de descontos, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, invalidez e mortalidade de inválidos) utilizados para os cálculos atuariais. Analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos do plano. Consideramos que as premissas utilizadas para determinação da provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

Arrendamento Mercantil (Nota 3, letra "q")

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contém ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras. A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial. Após as análises realizadas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2021, contratos são considerados dentro do escopo da NBC TG 06 (R3), e a adoção gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo.

A Companhia reconheceu a título de Arrendamento Mercantil, R\$ 19.808 mil (R\$ 16.466 mil em 2020), tanto no Ativo quanto no Passivo.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Revisamos os contratos de arrendamento, verificando as premissas utilizadas pela Companhia na determinação dos Ativos e Passivos de Arrendamento, em conformidade com a NBC TG 6 (R3). Efetuamos, também, recálculo dos contratos de arrendamento, confirmando as projeções e taxas aplicadas e adequação dos valores reconhecidos contabilmente.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é respon-

sável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia e no parecer emitido pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras, e opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Florianópolis, 22 de março de 2022.

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
GABRIEL ARTHUR LOEFF
LETÍCIA PEDERCINI ISSA
MATHEUS HOFFMANN MACHADO
RICARDO DE SOUSA

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO- CAE - EXERCÍCIO SOCIAL 2021

Aos Conselheiros de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") é um órgão auxiliar do Conselho de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento ("Companhia"), regido pelo Estatuto Social da Companhia e pelo Regimento Interno do CAE da Companhia ("Regimento").

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria Estatutário, a partir de 01 de agosto de 2020, é composto por três membros, sendo, o Sr. Carlos Rocha Velloso (Coordenador do Comitê), o Sr. Eduardo Person Pardini e a Sra. Cristiane Scholz Faisca Cardoso.

A atual composição do CAE substituiu os membros antecessores, Sr. Sérgio Stangler (Coordenador do Comitê), Sra. Dirlete de Pieri Vitoiretti e Sra. Isabela Oliveira Moritz, cujos mandatos vigoraram de 01 de agosto de 2018 a 31 de julho de 2020.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, da Lei nº 13.303, de 30/06/2016.

2. Resumo das atividades em 2021

No período de janeiro a dezembro de 2021, o CAE da CASAN realizou 37 reuniões, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores, Gerentes, Superintendentes e Assessores da Companhia, Auditores Internos, Procurador, Ouvidor, Auditores Independentes e Diretor Presidente da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal da CASAN e atas completas disponíveis na Companhia.

As atividades do CAE são relatadas a seguir:

Demonstrações Financeiras

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras dos quatro trimestres de 2021.

O exame das Demonstrações Financeiras consistiu na análise dos Relatórios da Companhia, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, reuniões de esclarecimento com a Diretoria Financeira e participação nas reuniões do Comitê Financeiro do Conselho de Administração.

Não havendo sido encontrados óbices à aprovação das Demonstrações Financeiras, foram então encaminhadas ao Conselho de Administração.

Como recomendação, durante o exercício o CAE sugeriu atenção ao perfil da dívida da Companhia que, aliada ao nível de geração de caixa poderia aumentar o custo ou dificultar futuras captações para financiamento de capital de giro ou para investimentos. Ainda, que os saldos antigos existentes sejam conciliados e, conforme o caso, tratados ou baixados.

Auditoria Interna

O CAE acompanhou a realização do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI 2021).

Acompanhou e orientou a elaboração do PAAI 2022.

Em função da renovação de alguns integrantes da Auditoria Interna e também da chefia da área, o CAE proporcionou mentoria para a equipe durante todo o ano. Foram discutidos métodos de trabalho e apresentadas propostas de alteração nos relatórios de Auditoria.

Como recomendações, orientou que nos relatórios de auditoria deve ser utilizada metodologia mais estruturada e padronizada com foco nos itens relevantes; e, acompanhamento efetivo da Administração às recomendações da Auditoria.

Riscos e Controles Internos

O CAE supervisionou os avanços feitos pela área de Riscos e Controles Internos em relação à implantação do Programa de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos.

Tomou ciência da metodologia de gestão de riscos usada pela Companhia, do Portfólio de Riscos e do Mapa de Riscos e da implantação do Sistema SE Suite para disponibilização e gerenciamento das informações, tendo orientado para a adoção de diversos aprimoramentos na metodologia utilizada.

Como recomendações, solicitou que: a análise de riscos tenha como base o orçamento, de forma que possa ser quantificável; a análise de riscos deve avaliar as ameaças à realização dos objetivos empresariais; os processos-chave da CASAN devem ser mapeados; indispensável o fomento de cultura de governança, riscos e controles internos.

CASANPREV

A Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, por meio de seu Diretor Presidente, apresentou na reunião de 26 de novembro de 2020, informações sobre o número de participantes, a evolução do número de aposentados por ano, e distribuição das alocações da carteira de investimentos e informou sobre a atualização da tábua atuarial e impactos decorrentes. Destacou a dificuldade em atingir a meta atuarial em 2020 em razão do impacto da pandemia do COVID-19 no mercado financeiro.

O Diretor apresentou, ainda, a proposta de migração do plano atual, modalidade BD (Benefício Definido) para a modalidade CD (Contribuição Definida), destacando as vantagens e desvantagens de cada modalidade, bem como o custo de implantação do novo plano CD.

Na reunião de 11 de dezembro de 2020, o CAE tomou ciência dos seguintes assuntos: a atuária responsável pelos planos da CASANPREV apresentou aos membros do CAE a estrutura do Plano, as hipóteses atuais em que o Plano está fundamentado, como a taxa de juros e a meta atuarial, as análises prospectivas realizadas com base em premissas da empresa ADICTUS, consultora de investimentos da CASANPREV, e os critérios adotados para a fixação da taxa de juros utilizada em 2020. Apresentou também as tábuas de sobrevivência e de invalidez adotadas que, juntamente com as demais hipóteses, resultaram nas recomendações técnicas que foram adotadas ao final de 2019 para ajustar o Plano à conjuntura econômica e ao perfil dos participantes, empregados e apo-

sentados da CASAN. Os resultados obtidos pelo Plano em 2019 foram analisados em conjunto com o CAE, tendo-se discutido também algumas perspectivas para os resultados em 2020.

Na mesma reunião, o auditor responsável pelos trabalhos de auditoria da CASANPREV relatou os procedimentos adotados para a realização dos trabalhos de revisão de auditoria das demonstrações contábeis em 30 de junho de 2020, cujo relatório foi disponibilizado para os membros do CAE, descrevendo as revisões de diferentes saldos contábeis e a confirmação de alguns saldos com fontes externas por meio de extratos e circularizações. O escopo dos trabalhos realizados também incluiu o acompanhamento da alocação dos investimentos em diferentes mercados em conformidade com a Política de Investimentos fixada pela administração do Plano. Os resultados obtidos até junho de 2020 e suas perspectivas para este exercício também foram analisadas em conjunto com os membros do CAE.

Em 19 de agosto de 2021, a atuária da CASANPREV trouxe aos membros do CAE informações atualizadas até 31/12/2020, onde o déficit existente na época foi considerado de baixo risco pela PREVIC.

Por meio da participação em reuniões do Comitê de Recursos Humanos e do Conselho de Administração, o CAE tomou conhecimento de que está sendo finalizada pela CASANPREV, em conjunto com a Diretoria Administrativa, uma proposta para um novo Plano de Previdência Complementar na modalidade de Contribuição Definida – CD a ser submetido à análise e aprovação da Administração da CASAN no primeiro trimestre de 2022.

Conhecimento

O CAE tomou conhecimento de temas importantes, como: Proposta do Orçamento 2022; episódio ocorrido na SES da Lagoa da Conceição; atualização do marco regulatório do setor de saneamento; estrutura e governança da Companhia.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

O CAE analisou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2021, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, a serem apresentadas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos, assim como em razão das informações prestadas pela Administração da CASAN, Relatórios da Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2021, estando portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Florianópolis/SC, 17 de março de 2022.

Carlos Rocha Velloso
Coordenador do Comitê

Cristiane Scholz Faisca Cardoso
Membro do Comitê

Eduardo Person Pardini
Membro do Comitê

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da CASAN relativas ao 4º ITR encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, SC, 25 de março de 2022.

Roberta Maas dos Anjos
Diretora Presidente

Evandro André Martins
Diretor Administrativo

Ivan Gabriel Coutinho
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Giovani Pickler
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas por Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S no relatório apresentado sobre as demonstrações financeiras de 2021 encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, SC, 25 de março de 2022.

Roberta Maas dos Anjos
Diretora Presidente

Evandro André Martins
Diretor Administrativo

Ivan Gabriel Coutinho
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Giovani Pickler
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão